



Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Tiago Manuel Rodrigues Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Vanda Maria da Cruz Esteves.

### VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

#### **a) Chamada**

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Partido Socialista** – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Joana Severino Vaz, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Vanda Maria da Cruz Esteves e Tiago Manuel Rodrigues Pereira.

**Grupo de Cidadãos Eleitores Dores Meira – Setúbal de Volta** – David da Fonseca Martins, José Manuel Albuquerque Portocarrero Canavarro, Helena Paula Mano de Almeida Coelho, Sofia de Jesus de Vidigal e Almada, Jorge Miguel dos Santos Bico, Helena Guerreiro Murta, João Norberto Dias Conde e Vanda de Lurdes Nunes Rafael Pombo.

**CHEGA** – Luís Filipe Aleluia Machado da Costa, Luís Miguel Leitão Maurício, Sandra Sofia de Almeida Madeira, José Carlos da Silva Ferreira, Sílvia Maria Pereira Godinho e Bartolomeu Lança Pereira.

**Coligação Democrática Unitária** – João Paulo Rodrigues Pires, Miguel Tiago Crispim Rosado e João Manuel Martins da Silva.

**LIVRE** – Maria de Fátima Calado Pereira.

**Presidentes de Junta** – Bruno Alexandre Marcos Frazão (Presidente da Junta de Freguesia São Sebastião), Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Tiago Miguel Dinis Cardoso (Presidente da União das Freguesias de Azeitão), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, a Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Maria do Carmo Pato Tiago e os Srs. Vereadores: Paulo Manuel Maia da Silva, Bruno Miguel de Almeida Russo, Joel Alexandre Neves Marques, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Ana José Manita Vaz de Carvalho e Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa.

4  
12

**b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada do PS apresentou Justificação de falta, Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa, por motivo de doença, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 e na alínea j) do n.º 1, ambos do Artigo 29.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Dores Meira – Setúbal de Volta apresentaram pedidos de substituição, Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha e Bruno Alexandre Ganhão Vigário, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 e 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da CDU apresentou pedido de substituição, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, conforme documento registado sob o n.º 4, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Iniciativa Liberal apresentou pedido de substituição, Susana Paula Rosa Bicho, conforme documento registado sob o n.º 5, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**c) Substitutos e sua posse**

Chamado o cidadão que se segue na lista do SET-V 25, Miguel Jorge de Sena Augusto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 6, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamada a cidadã que se segue na lista do SET-V 25, Cécile Ety Germaine, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 7, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CHEGA, Rui Fernando Martins Gabriel, uma vez que Luís Filipe Rocha da Silveira pediu renúncia ao mandato no dia 05/12/2025, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 e 9, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Simão Monteiro Calixto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista da IL, Flávio Miguel Matos Lança, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

**Presidente da Mesa** – Antes de iniciar os trabalhos quero colocar à consideração da Assembleia a proposta definida na Comissão Permanente da relação das grelhas dos tempos do novo regimento, mas como o regimento ainda não foi aprovado, gostava de propor à consideração a grelha do novo regimento, se a podemos usar no decorrer desta Assembleia até o regimento ser aprovado. Alguém se opõe?  
Não havendo oposição vamos utilizar as grelhas para o PAOD e para o POD.

## **A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Como é habitual a primeira fase é a do período da intervenção do público, para o qual temos quatro inscrições (conforme documentos registados sob os n.ºs 12 a 15, arquivados em pasta anexa à presente ata.

**Ricardo Nogueira** – Em primeiro lugar quero saudar todas as pessoas eleitas para os órgãos municipais e também a todos os presentes.

O meu nome é Ricardo Nogueira e estou aqui em representação de uma Associação de Moradores muito nova, que é a Associação de Moradores de Pinhal de Negreiros, em Azeitão. E o que me trás aqui é o equipamento do bar de ténis que existe nesta urbanização, e houve uma deliberação da Câmara, no dia 4/12/85, em que fez a cedência à Junta de Freguesia de Azeitão deste local, o qual foi cedido a uma coletividade na altura e muito bem, visto que aquele equipamento quando foi construído era da urbanização tinha um campo de ténis e tinha um pavilhão que até à data era para mostrar o andar modelo e, posteriormente, seria para os moradores terem sítio para os condóminos reunirem. A Câmara, entretanto, ficou com o local, porque aquilo era gerido por 2 ou 3 moradores na altura e não era uma coisa comunitária e fez muito bem.

Agora o que nos traz aqui é que este espaço foi cedido a uma coletividade, conforme consta de uma Ata da Junta de Freguesia de Azeitão, no dia 13/12/85 e até hoje, se o anterior estava mal, ficou pior. Porquê? Porque nunca houve investimento, em 40 anos nunca houve investimento naquele espaço da coletividade que ficou concessionária do espaço. Nunca houve nenhuma iniciativa cultural, nem desportiva naquele espaço. Nunca!

E mais, nem sei se a coletividade tem grande interesse em ter a concessão do espaço visto que o mesmo é subalugado a terceiros. O que é que acontece? Uma coisa que devia ser comunitária, que devia de ser ou ter algum desenvolvimento a nível cultural, desportivo e até de aproximação das pessoas, dos moradores que ali moram, acontece é que é um espaço abandonado, totalmente degradado em que a Associação já manifestou ao anterior executivo e à anterior Presidente da Junta de Azeitão e agora, também, ao Sr. Presidente da Junta de Azeitão, o Sr. Tiago, e também enviámos uma carta à Sra. Presidente, para o GAP, a pedir uma reunião para apresentarmos a Associação, porque a Associação é novíssima, mas já tem 200 sócios efetivos e nós queremos duplicar este número a curto prazo e é o que iremos fazer.

Agora, reclamamos que este espaço nos seja concedido, visto o estado de abandono em que está, há 20 anos que está num estado de abandono total. O que acontece é que gostaríamos de saber onde é que anda o protocolo da cedência deste espaço à Junta de Freguesia, porque ninguém o encontra, nem o executivo passado, nem este. Não sei se é muito legal uma associação que tem o espaço concedido por uma entidade camarária fazer concursos, os quais estão feridos de morte, porque o concurso é esta folha que está aqui, não foi fixada no local, o qual tem placares de afixação, mesmo da própria construção do equipamento, não foram lá colocados, não tem regulamento. E o que nos traz aqui é sabermos a legalidade destas coisas todas. Se é legal uma associação estar a fazer de senhorio, a receber rendas há muitos anos em detrimento daquilo que pode ser feito a favor das pessoas que ali vivem, de quem nos visita e por aí fora.

A questão é que gostaríamos que este protocolo aparecesse, até para avaliarmos a situação e estamos cá como sempre tivemos, porque esta Associação nasce a partir do antigo grupo de moradores de Pinhal de Negreiros e, a Sra. Presidente sabe perfeitamente, sempre tivemos bom senso e fomos pessoas cordatas e que discutimos tudo e o que está ali feito foi tudo feito com os cadernos de encargos que nós entregamos e com muita discussão com a Câmara, porque somos pessoas cordatas, somos organizados e somos competentes. Tenho a certeza absoluta do que estou a dizer.

O que queremos fazer ali é um espaço de convívio, algo que traga algo que acrescente o espaço e que não o reduza, não o diminua, é o que queremos fazer, um verdadeiro sítio de convívio em que se promova o desporto infantil para as crianças....



**Presidente da Mesa** – Peço desculpa, mas vou pedir que termine, porque tinha 5 minutos e já passou um minuto. Muito obrigada.

**Ricardo Nogueira** – Desejo-vos uma boa noite a todos e foi isto que me trouxe aqui.

**Maria José Franco** – Boa noite Sr. Presidente, senhores vereadores e todos os presentes.

Desde já agradeço a oportunidade que me foi dada para vir aqui pedir uma ajuda que considero muito importante para a solução de um problema muito grave da cidade e sublinho da cidade. Problema esse que tem vindo a desenvolver-se e a crescer cada vez mais junto à porta de um condomínio, sito no terraço do Centro Comercial do Bonfim e estou aqui na qualidade de administradora de um dos edifícios.

Esse terraço é comum aos 4 edifícios que têm aí a entrada principal como também de várias lojas.

Friso que é um problema da cidade, porque se desenrola a céu aberto no centro da cidade a 10/20 metros de uma escola frequentada por crianças e adultos, crianças a partir dos 7/8 anos e por um ginásio que é frequentado por todas as idades. É uma situação que é muito grave, porque diz respeito à saúde pública, física, mental, comportamental e cívica.

Passo, então, a descrever a situação, o problema desenrola-se na Avenida Guiné Bissau, no terraço do Centro Comercial do Bonfim, o qual é constantemente vandalizado pelas mais diversas formas. Esse terraço dá acesso à entrada principal de 4 prédios e a algumas lojas, no terraço existem cantos, principalmente esses cantos são aproveitados ora individualmente ora por grupos para ali permanecerem, viverem e pernoitarem. Em consequência desta situação, e posso provar isso com fotografias, temos esses lugares transformados em covis cheios de urina, fezes, restos de comida podre, seringas, preservativos, garrafas de vidro partidas, muitas e muitas beatas, enfim, toda a espécie de lixo.

Como disse, isto acontece essencialmente nos cantos, mas não só, aparece também à porta de edifícios, como à porta do edifício que tem a escola. Também não acontece só durante a noite, porque já tive de chamar a polícia a meio da tarde, porque aparecem festivais de vários indivíduos e uma das vezes em que a polícia foi chamada, e que por acaso compareceu, estavam dois menores. Portanto, gritavam, partiam garrafas, batiam contra as paredes das lojas e uma das lojas as montras e as portas foram bloqueadas com tijolos. Eles queriam partir aquilo tudo e há sinais disso. A polícia foi chamada e também testemunha o que estou a dizer.

Existem, ainda, uma outra questão muito importante, que é o perigo que tudo isto tem, não só a nível de saúde, como físico, uma vez que no meio de todo esse lixo, como compravam as fotografias, existem muitas e muitas beatas, inclusivamente beatas encrustadas em colchões. Friso que por cima desse canto há varandas onde estão permanentemente roupa estendida. Essas varandas dão acesso a uma sala que tem kitchenette e como o edifício não tem gás canalizado são, pelo menos, 66 garrafas de gás que existem ali naquele edifício, uma vez que são 66 frações.

Toda esta situação também pode ser testemunhada por guardas da Câmara que já lá foram e que deixaram papéis para as pessoas que lá estavam se dirigirem a um organismo da Câmara para lhes dar apoio. Mas eles não foram e tudo continua na mesma.

Já me dirigi a todos os organismos que me passou pela cabeça e que me pudessem ajudar, já estive na Câmara numa reunião com uma arquiteta para ver se havia possibilidade de por ali uns portões e foi-nos dito que sim, mas teríamos de apresentar um projeto arquitetónico de alteração da fachada. As pessoas que ali vivem têm reformas muito baixas e não têm dinheiro para financiar um projeto de alteração do projeto.

Dirigi-me à Delegação de Saúde e disseram-me que não podiam interferir senão através da Câmara e dirigi-me aos serviços sociais da Câmara, à doutora Andreia qualquer coisa, tem um nome pouco vulgar e não me lembro...

**Presidente da Mesa** – Dona Maria José, não quero interrompê-la, mas era só para dizer que o seu tempo já ultrapassou largamente, já vai com 2 minutos a mais e penso que o problema está perfeitamente identificado e a Sru. Presidente, depois se quiser, há de responder, mas pedia que concluísse.



**Maria José Franco** – Só vim aqui pedir ajuda para esta situação, porque as pessoas que lá moram já têm medo de sair por aquela porta, as crianças da escola ao lado convivem com esta situação e é uma desgraça total. Muito obrigada.

**Sílvia Almeida** – Boa noite a todos, meu nome é Sílvia Almeida, sou residente na Salmoura, certamente já devem conhecer a Salmoura e todas as queixas e reclamações que tenho feito e vou continuar a fazer. Ainda só tenho 44 anos, penso que todos os 20 ou 30 que já passaram, provavelmente ainda me esperam mais 20 ou 30, mas eu vou continuar, porque não desisto por norma e tenho fé que ainda tenha direito a uma via transitável e segura, já agora.

As ruas da Salmoura, a Rua Vinha da Salmoura, a Rua da Pecuária e todas as outras adjacentes são ruas intransitáveis, inclusive, a Sra. Presidente teve lá, penso que foi na semana passada, gostou? Era agradável a estrada, não era? Não sei se saiu do carro, se teve essa coragem. Nós não conseguimos ir ao caixote do lixo, é impensável, a não ser que tenhamos um bom par de galochas, aí sim, já conseguimos. Mesmo assim é um pouco complicado.

Até há 4/5 anos, nós tínhamos direito a gravilha, agora temos direito a pedras da calçada, ora já rasguei um pneu ali, já parti um apoio do motor, já parti a direção, já parti uma ponteira de direção, não sei... Já pensei em comprar um trator, mas não me dá muito jeito, porque eu trabalho em Lisboa.

Então, gostava de saber quando é que vai ser, concretamente, feito uma ação naquelas ruas da Salmoura, só que não gostava que me respondessem como responderam, *“estamos a analisar e vamos verificar”*. Quase há 20 anos que estou ali e essa análise ainda não foi concluída e não foi verificada, portanto, eu gostaria de saber quando é que, de facto, vai ser feito ali alguma coisa. Gostaria, também, de saber, porque é que nós temos que suplicar tanto a terraplanagem, já nem falo do alcatrão, só falo da terraplanagem, só terraplanar aquilo para não ter que sair de casa 3 e 4 vezes e, infelizmente, tenho que lá passar porque a minha filha não pode ir a pé para a paragem, não dá. Não dá, porque se não a miúda teria de ir de galochas todos os dias para a escola, isto já para não falar no verão que tem de ir de máscara, porque o pó de pedra é impensável. As nossas casas não podem ser abertas durante o dia, por causa do pó, temos ali...

Atenção, não estou a falar de nomes, não estou a acusar ninguém, mas temos ali diversas empresas, temos o Externato Rumo ao Sucesso, temos uma empresa de derivados de madeira que é PINHEX, temos o Lar Conforto dos Avós, portanto, há ali muito trânsito, aquilo não serve só os residentes, também serve muita gente que vai às empresas, trabalhadores, etc. Portanto, nós gostaríamos de ter aquilo a que temos direito em pleno século 21, que é uma estrada transitável, segura e já agora que nos permita ter um carro normal, para não termos de andar ali de trator ou de jipe.

Gostava, inclusive, de ver a minha filha a fazer aquele percurso como eu outrora já fiz, inclusive até tenho cicatrizes que vos posso mostrar muito engraçadas da gravilha que lá colocam. Gostava sinceramente de saber quando é que eu e todos os meus vizinhos vamos parar de abrir tickets para a Junta, enviar e-mails para a Câmara a pedir uma simples terraplanagem que inclusive foi feita a semana passada, mas não foi concluída. Pois é verdade, não ficou concluída e, entretanto, choveu e podem imaginar como é que está, está pior que aquilo que a Sra. Presidente viu.

É impossível, eu ando a 10 à hora naquela rua até chegar à estrada de alcatrão. A 10 à hora e é impensável, não sei como é que aqueles amortecedores vão aguentar mais um bocadinho, e estamos a falar a 10 à hora.

Outra situação que pedimos e, se calhar, mais direta à Junta, pedimos para se cortar ali as ervas, já para não falar do sistema hidráulico do carro, já falámos também da pintura, tínhamos o funcho até metade da estrada e cortaram até meio da via porquê? Porque é que não deram continuidade? Não consegui entender, honestamente não consegui entender. Pensei, provavelmente como começou a chover vêm cá noutro dia, mas não, porque já passaram 2 ou 3 semanas, se calhar esqueceram-se como se têm esquecido sempre de nos irem ali terraplanar a estrada, porque nós estamos sempre a pedir a mesma coisa e continua tudo igual.

No verão comemos pó e de inverno comemos lama e temos direito a umas belas piscinas, mas ali muitos de nós já têm piscinas e não precisamos que nos deem na estrada, temos as nossas próprias. O que



precisávamos era de uma terraplanagem que fosse mais concisa, como já foi outrora, porque se ela já existiu também existe a possibilidade de ela voltar a existir.

Então, gostava de ver a Câmara e a Junta a criarem, de facto, um plano que fosse mais incisivo e que não estivéssemos de estar sempre a pedir. Era mesmo isso que eu gostava, porque eu sou certinha a pagar o IMI, também gostava que fossem certinhos a darem-me aquilo a que tenho direito em pleno século 21. Obrigada e uma boa noite.

**Frederico** – Olá boa noite a todos os presentes, aos que estão em casa a ouvir, eu sou mais uma pessoa da Salmoura. Nós estamos aqui hoje em nome de uma associação que estamos a criar, AMOSALMOURA, porque realmente temos de voltar centenas de anos, porque o problema nunca realmente foi resolvido e eu hoje já não sonho em ter o Euromilhões, peço desculpa o sarcasmo, a única coisa que eu peço é o alcatrão, é ter um passeio para os meus filhos andarem, é ter alcatrão em que o meu carro possa andar e não estar a arrebentar pneus, partir suspensões e acidentes que têm acontecido ali na zona.

Existem pessoas que utilizam especialmente a Rua de São Gonçalo que já foi intervencionada diversas vezes apenas a metade nos últimos 10 anos e que há pessoas que se deslocam para a Coca Cola e outras empresas ali na zona, como vocês sabem já existem autocarros que passam ali e estamos a pensar em tirar também a carta de timoneiro, porque, de vez em quando, aquilo enche tanto que o carro fica a meio de água e depois fecham a estrada como se nós tivéssemos muitas alternativas. Nós não temos medo da água, só temos medo é de não conseguirmos chegar ao trabalho, porque as estradas estão fechadas.

A verdade é que isto é um pouco irritante, já é uma situação com muitos anos, a CDU teve aqui muitos anos, a senhora inclusive fez promessas na sua anterior legislatura, o seu substituto anterior também fez a mesma promessa de que queria resolver o problema, novamente na sua nova candidatura fez a sua promessa, a senhora esteve lá há pouco tempo e nós perguntamos o que é que era preciso fazer para que se pare as obras todas de uma vez e se resolva este problema.

Nós percebemos que Setúbal tem crescido com o nosso dinheiro, nós também pagamos impostos e também queremos os nossos problemas resolvidos. Todas as pessoas têm as suas reclamações e são todas condignas delas, mas eu não tenho uma estrada. A maior parte das pessoas nem sequer têm esgoto na zona, a única coisa que existe naquele lado que foi feito na última vez pela Coca-Cola que consegui com aqueles acordos que foram feitos para passar o saneamento para alguns e alguns já foram ligados, outros não, porque estão a fazer os processos, e de repente agora exigem, obrigam e querem. Eu não obrigo nada, enquanto vocês não puserem lá o alcatrão não me podem obrigar a nada, porque vocês não cumprem com os direitos, nós estamos numa calamidade.

A senhora aqui há pouco dizia que vai durar 20 anos, não sei se vai, não sei se vou morrer do tabaco ou se vou morrer do pó, eu não posso abrir a minha casa, não posso abrir as janelas, moro ali há tanto tempo que nem sei o que é estender uma roupa na rua, tenho de secar a minha roupa na máquina de secar e tenho contas enormes de luz, porque não consigo usar o meu estendal da roupa.

Não consigo perceber como é que vocês vão para casa com estas promessas e acharem que isto é normal e que as pessoas vivem bem. Há quem pense que por vivermos em Azeitão temos dinheiro, eu não tenho dinheiro, tomara eu ter dinheiro, porque poria eu lá o alcatrão. Por isso gostava de saber, efetivamente, já que foi feito um Plano de Pormenor em 2020 ou em 2021, se não estou em erro, e na última vez houve aí uma tentativa de promessa de nos levar na campanha do seu antecessor, de resolver a situação e que afinal não resolveu e percebeu-se que afinal era campanha, mas gostaríamos de saber quando é que efetivamente isto vai ser feito. Porque construções nós vemos todos os dias e percebemos que toda a gente tenha de ter a sua estrada renovada, que já foi renovada 3 vezes nos últimos 20 anos e eu não tenho nada, nada.

Tenho todo o respeito por todas as pessoas deste concelho, deste distrito e que todos sejam ouvidos, mas eu não tenho nada.

Quando alguém fala de uma fachada, de um espelho partido, eu saio de casa e tenho a estrada que foi arranjada há pouco tempo, que andaram lá a pôr areia, poderia ter trazido um saquinho para mostrar, eu tenho a garagem cheia de água, porque nem sequer escoamento na rua tenho. Nas últimas cheias tive de



ligar uma bomba de água para me tirar a água por detrás da casa e da frente, se for ilegal, peço desculpa, mas tive de abrir a tampa de esgoto que está na rua para a água escoar, por que não tinha onde por a água. Não temos saneamento, não temos esgotos, não temos nada e precisamos de ajuda urgente nisto. Nós precisamos de ajuda urgente nisto, não é para daqui a um ano, não é para o ano que vem, tem de ser agora. Custa 10 milhões, eu entendo, custa 20 milhões, eu entendo, mas nós já pagamos impostos há décadas e nada foi feito e não conseguimos perceber.

Você voltou agora, e não é um ataque direto, atenção, não é isso que eu estou a querer dizer, mas dizem que vão resolver, que vão ver, já passaram 25 anos desde que a CDU veio para aqui com o vamos resolver. Estamos fartos de promessas. Neste momento o único sonho é termos uma estrada, é o sonho que nós temos por muito estúpido que possa ser em Portugal.

É tudo o que tenho para dizer, agradeço e até à próxima.

**Presidente da Mesa** – Neste momento segue-se um período de intervenções das bancadas, antes da resposta da Sra. Presidente, se entender responder.

**Nuno Cruz (Presidente da União das Freguesias de Setúbal)** – É a minha primeira intervenção neste mandato e gostava de desejar um bom mandato ao nosso executivo da Câmara Municipal de Setúbal e também às bancadas aqui presentes.

A minha intervenção é só no sentido de dar aqui mais um reforço à informação que a nossa munícipe Maria José trouxe hoje a esta reunião.

Por acaso a minha filha estuda na escola que mencionou, está lá a tirar o curso de inglês e posso confirmar que a situação ali, por vezes, é complicada. Temos, às vezes, ali pessoas que não percebemos muito bem porque é que andam por ali, porque se vê que não vivem ali e não frequentam ali os estabelecimentos, temos algumas coisas que se acumulam ali.

No fundo, é confirmar um pouco aquilo que foi a mensagem passada aqui pela nossa munícipe e dizer que a nível da Junta de Freguesia vou pedir aos serviços para passarem lá e se houver algumas coisas que não façam sentido estarem ali e que sejam perigosas, como os colchões, etc., e se tivermos de os tirar dali é o que faremos e certamente o mais depressa possível.

**Tiago Cardoso (Presidente da União das Freguesias de Azeitão)** – Como a Junta de Freguesia foi aqui referenciada, não poderia deixar de intervir e dizer que tenho acompanhado bem de perto a situação da Salmoura, testemunha disso é este executivo da Câmara Municipal de Setúbal, a quem também tenho vindo a reportar algumas situações. Dizer que a Junta de Freguesia não é munida de equipamentos para fazer a regularização de estradas em terra batida.

Daquilo que nos acusa, em termos de ervagem, como pode imaginar, nas condições em que a estrada está e com os equipamentos que temos, facilmente também se danificam. Tem chovido, também não é fácil cortar erva molhada, o que não é justificação para tudo, mas estamos no terreno, eu pessoalmente todas as manhãs passo para ver as condições em que está a Salmoura, já pedi, entretanto, uma intervenção quase direta no estado em que se encontrava em frente ao Lar Conforto dos Avós, que até as ambulâncias já se recusavam a lá passar e até os transportes públicos.

Dizer que estou aqui com vocês para tentarmos resolver a situação em conjunto com a Câmara Municipal de Setúbal para ser parte da solução e nunca parte do problema, é o nosso compromisso com vocês e é assim que tento estar sempre com a Associação da Salmoura e assim continuarei. Quando quiserem podem sempre dispor da minha pessoa.

**Presidente da Câmara** – Boa noite a todos e a todas, cumprimento todos os autarcas agora eleitos e desejar a todos um bom mandato. Vamos caminhar juntos.

Cumprimento, também, todos aqueles que nos seguem lá em casa e todos aqueles que estão hoje aqui connosco e cumprimento também o público que fez aqui as intervenções pertinentes e que merecem, como é obvio, toda a nossa atenção e toda a resposta.

Relativamente à Associação de Moradores de Pinhal de Negreiros, pediu, de facto uma reunião, nós não estamos ainda a atender as pessoas que estão a pedir reuniões, sejam a nível do Movimento Associativo, seja outro problema qualquer de instituições, estamos aqui há um mês, estamos a arrumar a casa, estamos a organizar, de qualquer modo para ser mais célere, em simultâneo pedimos aos serviços para, quando fosse a reunião já termos os documentos connosco. Nesta altura estão os serviços à procura desses documentos que referiu aqui.

Eu conheço bem aquele campo e sabia mais ou menos o que é que se lá passava e, portanto, acho muito pertinente que vocês reiviniquem esta situação de tomarem conta daquilo, porque está na hora de fazer ali alguma mudança.

Relativamente à senhora, peço desculpa por não ter registado o nome, que é a administradora do condomínio, vamos na terça-feira pedir a alguém que vá aqui com o nosso vereador saber exatamente qual é o ponto de situação e também dar aqui uma justificação.

Quanto à questão da Salmoura, isto já é lugar-comum o que eu vou dizer, mas têm toda a razão, agora têm toda a razão, mas convém aqui ao lado da razão ir buscar os motivos de aquilo ainda não estar alcatroado, porque é que aquilo não está terraplanado.

Como disse e bem, estive lá e por acaso saí do carro, não tenho problemas desses, nunca tive e também não tenho agora. Fui ver como é que aquilo estava, fui a ver a situação não só daquela rua, mas de outras ruas que estão ali próximo. Ali foi feita alguma intervenção que não foi nas melhores condições, porque era preciso uma máquina com uma lâmina, como nos explicou o nosso Presidente da Junta de Azeitão. Está a ver que nós falámos disso com ele. Era preciso uma máquina de terraplanagem que tivesse uma lâmina, a que lá foi não tinha esse equipamento e, portanto, fez o que foi possível. Só que choveu logo de seguida e fez outra vez os mesmos buracos, mas vai agora uma máquina também sob a supervisão ali do Presidente da Junta, que se disponibilizou para ajudar e para dar da sua experiência e dizer como é que se faz melhor aquilo. Vai, também, uma máquina niveladora para compactar, porque normalmente o que lhe falta é que seja compactada. Assim que melhore o tempo, porque se continua a chover o trabalho não fica bem feito, de qualquer modo, vamos tentar que na próxima semana se faça esta intervenção.

Agora convém fazer história, porque é que aquilo ainda está assim, convém fazer história e é bom não tapar a história.

De facto, como vocês sabem, há casas que estão legalizadas, mas há muita casa que não está legalizada. A PINHEX está legalizada, o Lar Conforto dos Avós está legalizado, o Rumo ao Sucesso está legalizado e algumas das vossas casas estão legalizadas, mas como sabem, há muita casa ilegal.

Eu andei lá muitas noites a fazer um levantamento e a pôr documentos nas caixas do correio das pessoas para virem fazer a legalização sob pena de podermos ter que demolir as casas. Algumas casas, mas pouquinhãs, têm vindo a ser legalizadas.

Foi feito um Plano de Pormenor que foi pago pela Coca-Cola, pelo Rumo ao Sucesso, o qual já está concluído e são essas entidades que estão na disposição de custear parte dos milhões que ali são necessários fazer, mas não é assim tão fácil. Nós temos isso já num plano de PRR, que já não vai a tempo, mas no quadro 2030, os nossos serviços estão a fazer esse projeto, mas há pessoas que não legalizaram as casas. Até a iluminação sai dos postes de iluminação que estão na rua para as casas deles. É verdade ou não?

Pois, isto é muito complicado.

Há o compromisso nosso e da Junta de Freguesia de nos juntarmos e levarmos essa máquina com lâmina e a compactadora e assim que melhore o tempo, avançaremos. O nosso vereador teve lá logo a seguir a eu lá ter estado, aquilo abriu outra vez buracos, ele foi lá fazer alguma intervenção e foi pôr as tais pedras para minimizar e nalguns sítios piorou, porque elas depois eram levantadas com a rotação dos carros, piorou. Pedimos desculpa, mas a intenção foi boa e se continuar a chover ele terá que tirar as pedras e pôr ali terra, pelo menos que tape aqueles buracos.

Mas é isto, vocês têm toda a razão, agora temos de resolver o problema de outras pessoas e nós vamos resolver rapidamente. Não estou a dizer que é fazer já o alcatrão, é resolver o problema das outras pessoas, porque senão não há justiça, é injusto para vocês, mas...

**Presidente da Mesa** – É nosso objetivo, enquanto Assembleia Municipal, que o máximo de munícipes tragam aqui os seus problemas, porque é nesta partilha que também se vai resolvendo os problemas e vai se expondo as situações e o que é preciso para resolvê-las. Agradeço a todos os membros do público.

## **VOTAÇÃO DA ATA**

**Ata da Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia Municipal, realizada em 30 de outubro de 2025**

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida reunião.

### **B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS**

##### **a) Intepelações ao Executivo**

Não houve.

##### **b) Recomendações e Requerimentos**

- 1. Recomendação “Acompanhamento do Projeto piloto de vigilância de grávidas sem médico de família na Península de Setúbal” (SET-V 25) (conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Sofia Almada (SET-V 25)** – Olá, boa noite a todos, boa noite à Mesa, boa noite a todos os candidatos e a todos os elementos que estão nesta Assembleia.

O Ministério da Saúde anunciou um projeto-piloto de vigilância de gravidezes de baixo risco destinado apenas a grávidas sem médico de família, este projeto irá arrancar no 1º trimestre de 2026 na Península de Setúbal e também na área do Hospital Amadora-Sintra como resposta à elevada pressão demográfica e ao aumento de partos fora do meio hospitalar registados nestas duas zonas.

A vigilância será feita por enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários. Não se sabe ainda o horizonte temporal deste projeto e não está ainda finalizada a parte legislativa do mesmo.

Os deputados do Movimento de Setúbal de Volta vêm com expectativa este projeto-piloto.

Por um lado, entendemos que o facto de a Península de Setúbal ser considerada elegível para este programa, denota a grande fragilidade que existe na resposta do SNS às grávidas de Setúbal. Por outro lado, o grande aumento demográfico que tem havido e a pressão que existe nos Serviços de Saúde obrigam a repensar novas soluções que não devem deixar de lado a criação de novas infraestruturas de saúde.

Ressalvo ainda que da leitura dos programas eleitorais de todos os grupos que têm assento nesta Assembleia, se denota esta preocupação, quer com o reforço dos cuidados de saúde primários, quer também com a criação de estruturas que possam acompanhar mais de perto estas situações.

Assim recomendamos, nos termos regimentais aplicáveis, o acompanhamento próximo deste projeto por parte do Município de Setúbal, pela Câmara e por esta Assembleia, nomeadamente a partir da criação proposta no regimento que vigorará em 2025 a 2029 de uma comissão de trabalho que tratará dos temas de saúde ou posteriormente o Conselho Municipal de Saúde.



É, por isso a nossa missão, nos termos das nossas competências, pugnar por uma saúde de qualidade no nosso concelho e, por isso fazemos esta recomendação.

**Presidente da Mesa** – Quero só lembrar que as propostas foram todas distribuídas por todos os deputados e, eventualmente, por uma economia de tempo não é necessário ler a não ser que seja mesmo essa a vontade dos autores, mas é só porque o tempo nestas coisas é cruel.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 12 do PS, 10 da SET-V 25, 7 do CH e 1 da IL, e 7 abstenções, 6 da CDU e 1 do LIVRE.

**2. Recomendação “Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade.

**3. Recomendação: Pela instituição do “Mês do Aluno e da Escola” (CH)** (conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Bartolomeu Pereira (CH)** – Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, excelentíssimos senhores secretários, excelentíssimos deputados, vereadores, Excelentíssima Sra. Presidente e excelentíssimos senhores munícipes presentes e também aqueles que nos estarão a ver em casa.

Um voto de bom trabalho a todos nós, que tenhamos elevação para dignificar esta instituição e para corresponder para que o nosso município tenha verdadeiras melhorias em todas as áreas que estejam ao nosso alcance.

Sobre esta recomendação, ela nasce a partir de uma carta que todos os deputados e vereadores deste município receberam, espero que tenha lido, a situação parece bastante grave. Esta recomendação, também nasce de conversas com professores, com alunos e com funcionários do nosso município e também após uma visita ao Liceu, por parte da bancada do CHEGA, foram verificadas condições muito graves de funcionamento do equipamento.

Esta recomendação, que eu não vou ler por ser um pouco extensa, mas creio que quem a lê, apesar de poderem encontrar algumas redundâncias, ela está escrita para dar a possibilidade de colaboração de todos os que estão nesta casa ligados ao ensino, à educação, para que os agentes do ensino no nosso município possam ter ganhos de melhoria e das suas condições, porque efetivamente o futuro, não só deste município, mas de todas as instituições também depende dos nossos jovens e do ensino que lhe damos.

**Joana Vaz (PS)** – Quero cumprimentar em primeiro lugar a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e os senhores deputados presentes e também os membros do público presentes.

Os deputados do Partido Socialista consideram que esta proposta que o CHEGA apresentou para instituir o chamado mês do aluno e da escola, é uma proposta que merece ser rejeitada por três razões fundamentais. A primeira é que as escolas do nosso concelho e de todo o país já têm mecanismos de participação e envolvimento na comunidade escolar, desde as assembleias de turma até às assembleias com os encarregados de educação, as associações de estudantes, as reuniões de pais, os conselhos gerais, os planos de atividade dos clubes e os projetos de cidadania.

E a participação cívica e o reconhecimento de boas práticas não acontecem num mês, devem acontecer todos os dias, porque é isso que valoriza a escola pública.

O segundo motivo é que é difícil não notar uma profunda contradição no partido que tentou eliminar a disciplina de educação para a cidadania e para o desenvolvimento e que desvaloriza a formação cívica, moral



e ética dos alunos deste país, e agora vem apresentar-se como defensores dos deveres civis, morais e sociais no contexto escolar. É uma inversão que é no mínimo reveladora de uma incoerência política.

E terceiro, porque tudo aquilo que o CHEGA tem defendido a nível nacional relativamente à educação, aponta única e exclusivamente para um dismantelamento progressivo daquilo que é o ensino público como o conhecemos atualmente, seja através da tentativa da sua privatização, seja pela permanente desvalorização dos profissionais que nela trabalham. Por isso qualquer recomendação deste partido no sentido da promoção da escola pública carece de credibilidade política e não merece ser acolhida por esta assembleia.

**Fátima Pereira (LIVRE)** – Boa noite a todos os presentes. Esta é a minha primeira intervenção e peço um bocadinho de tolerância.

Há um lado positivo em trazer a educação para a agenda da Assembleia Municipal de Setúbal, mas não se pode começar a construir uma casa pelo telhado.

Existem problemas graves que fazem parte das competências da autarquia ainda por resolver na área da educação. Há falta de assistentes operacionais em muitas das escolas dos 5 agrupamentos escolares do concelho. Ainda recentemente, a Escola Luísa Todi encerrou devido à falta de assistentes operacionais, portanto isto é um problema que já se arrasta de ano letivo para ano letivo.

No entanto, valorizamos a intenção de destacar o papel da escola, reconhecemos a importância de envolver toda a comunidade educativa, mas temos dúvidas sérias sobre o caminho proposto. A Câmara tem competências claras na educação, manutenção de edifícios, transportes, refeições escolares, atividades de enriquecimento curricular e claro o recrutamento de assistentes operacionais, a sua formação e gestão.

O LIVRE sugere um caminho diferente, sugerimos à Assembleia Municipal e à Câmara a criação de um grupo de trabalho municipal para a educação para que, com base numa visão global da realidade, se ter uma melhor aplicação dos recursos que não são infinitos da autarquia.

Por estas razões, o LIVRE não pode apoiar esta recomendação, não por discordar da importância da educação, mas porque acreditamos em soluções estruturais, não simbólicas, não é porque rejeitamos o debate, mas porque defendemos que ele deve acontecer nos espaços próprios, com autonomia pedagógica. Estamos disponíveis, obviamente, para trabalhar propostas concretas, propostas que melhorem as condições reais das nossas escolas, todos os dias do ano.

As crianças e os jovens de Setúbal merecem mais do que simplesmente uma celebração sem que depois se possa ativar as suas capacidades, merecem escolas dignas e vamos trabalhar nisso.

**Flávio Lança (IL)** – Quero aproveitar por começar a cumprimentar o executivo, cumprimentar os deputados aqui presentes na sala, desejar um bom mandato, cumprimentar o público e a quem nos acompanha lá em casa.

A Iniciativa liberal valoriza a intenção de reforçar a relação entre alunos, escola e a comunidade, mas esta proposta deixa-nos aqui sérias dúvidas, principalmente quando se começa a referir a deveres morais que nós não encontramos na Constituição. Conseguimos perceber o que é que são deveres jurídicos, deveres cívicos, deveres morais não constam na Constituição e consideramos que não deve ser definido ou promovido pelo município.

Defendemos a autonomia das escolas, o respeito pelas competências do Ministério da Educação e o foco em medidas concretas que melhorem efetivamente as condições escolares em Setúbal.

Por estes factos não iremos acompanhar esta proposta.

**Simão Calixto (CDU)** – Muito boa noite a todos!

Lendo esta recomendação, há aqui uma questão que salta à vista, é que, de facto, o que falta cumprir da Constituição são os direitos, é o direito a uma escola pública gratuita, democrática e de qualidade, não são os deveres morais e cívicos que nós não os encontramos lá.

Naturalmente que não vamos poder acompanhar esta recomendação.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Muito boa tarde a todos, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara, senhores deputados municipais, Sra. Vice-Presidente, senhores vereadores, público aqui presente, público também que nos acompanha pelos meios à distância, senhores colaboradores e técnicos da Câmara.

Nós vemos com bons olhos a iniciativa do CHEGA, do ponto de vista temático, a questão da tecnicidade acho que a nosso ver tem de ser, evidentemente, melhorada e aprofundada. Alguns aspetos têm de ser debatidos e discutidos e, portanto, permitam-me uma analogia, se nós tivéssemos na Assembleia da República eu acharia que seria interessante que esta proposta baixasse à comissão que trata dos temas da educação para poder ser melhorada e reapreciada.

Creio que a analogia é possível, a analogia sendo possível e atendendo a que pode também vir daqui alguma melhoria, nós não excluimos ninguém na sua intervenção e na sua participação cívica, entendemos que é possível votar favoravelmente nas condições que eu acabei de referir.

**Bartolomeu Pereira (CH)** – Só agradecer a todos a vossa participação e dizer que o CHEGA está disponível para conversar com todos os colegas deputados que estejam com vontade de construir e também com aqueles que poderão ter vontade de não construir.

**Luís Maurício (CH)** – Boa noite Sr. Presidente, para começar quero parabenizar a sua eleição, boa noite Sra. Presidente, parabéns também pela sua eleição. Quero cumprimentar todos os deputados, todos os vereadores, todo o público presente e quem nos ouve em casa.

Levar uma lição de moral do Partido Socialista, um partido de Sócrates, António Costa, Ferro Rodrigues só pode ser uma brincadeira.

Vou relembrar à jovem deputada que todos os deputados eleitos pelo partido CHEGA foram eleitos pelo povo, pelos setubalenses e que qualquer moção, recomendação ou proposta é tão válido como qualquer um aqui dentro.

**Bartolomeu Pereira (CH)** – Esqueci-me de dizer que concordamos com a sugestão do deputado José Canavarro para que a recomendação baixe à comissão.

**Presidente da Mesa** – Então vamos votar se a recomendação baixa à Comissão ou não, se for rejeitada baixar à Comissão, não baixa, e, portanto, é votada aqui no plenário.

Só uma pequena resposta ao senhor deputado Luís Maurício. Todas as posições são legítimas, todos aqui somos eleitos pelo povo, umas passam, outras não passam é a democracia a funcionar, nada mais.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada para baixar à Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Associativismo, por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 da SET-V 25, 7 do CH, 1 da IL e 1 do LIVRE, e 18 votos contra, 12 do PS e 6 da CDU.

**Presidente da Mesa** – A proposta da recomendação baixar à Comissão foi votada favoravelmente e assim que a Comissão de Educação reunir terá como incumbência discutir esta recomendação do CHEGA para depois trazer a uma futura Assembleia Municipal.

Dizer que nas recomendações depois de aprovadas, todas elas passam a ser documentos da Assembleia Municipal, isto quer dizer que quando na parte deliberativa, neste caso concreto, “*o Grupo Municipal do CHEGA na Assembleia recomenda à Câmara Municipal o seguinte*” e depois tem a parte deliberativa.

O Grupo Municipal do CHEGA pode recomendar o que entender, mas a partir do momento que é aprovado isto passa a ser um documento oficial da Assembleia, é a posição oficial da Assembleia e o que deve estar aqui escrito é, “*A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal o seguinte*”, porque a posição passa a ser de todos sendo aprovada.

Isto serve de referência para todas as forças políticas, pode parecer um preciosismo, mas não é, porque depois este documento, eventualmente, vai ser distribuído e publicitado e é a posição da Assembleia e não de um partido específico.

**José Canavarro (SET-V 25)** – É uma interpolação à Mesa pelo seguinte, na proposta que aprovamos devia de ser acrescentado esta questão que acabamos de votar, creio que não está “baixar à Comissão”.

**Presidente da Mesa** – Como baixou à Comissão, depois quando vier nova proposta há de ser retificada, porque ela não foi agora aprovada, foi só aprovada para baixar à Comissão.

## **II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES**

### **1. Moção “A rejeição do anteprojeto “Trabalho XXI” é um imperativo civilizacional” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**José Canavarro (SET-V 25)** – Quero fazer aqui uma breve nota introdutória, aliás, tem mesmo de ser breve, porque nós temos muito pouco tempo.

O nosso grupo municipal resulta, como todos os outros, dos votos dos setubalenses e nós identificamo-nos aqui com um grupo de cidadãos e cidadãs independentes, independentemente de outros, perdoem-me a redundância, poderem ou de alguns de nós terem filiação partidária, mas são contas de outro rosário, perdoem-me aqui a metáfora do crente.

Neste contexto, nós estamos todos orientados pelo mesmo propósito que é Setúbal e as suas gentes e revemo-nos numa liderança que é a liderança da Sra. Presidente da Câmara, senhora doutora Maria das Dores Meira, mas assumimos a nossa diversidade também como riqueza e, por isso mesmo, nós vamos assumir essa diversidade e pode refletir-se na votação de moções, na votação de recomendações e até nas declarações que alguns de nós possam fazer.

**Manuel Fernandes (PS)** – Boa noite a todos, cumprimento o público aqui presente e o público que nos acompanha em casa, Sra. Presidente desejo-lhe um excelente mandato, Setúbal precisa de um bom mandato e um excelente mandato para o Sr. Presidente da Assembleia que muito o saúdo e felicito pela eleição.

O anteprojeto “Trabalho XXI” foi apresentado pelo Governo, é um anteprojeto que fragiliza a negociação coletiva, isola o trabalhador perante a entidade empregadora, retira capacidade de regulação e fiscalização da ACT, mas fica os contratos a prazo, facilita despedimentos, substitui trabalho estável por incertezas de outsourcing, etc., etc. Quer dizer, são 128. normas que são alteradas na legislação laboral, umas dentro do Código de Trabalho e outras fora e aquilo que provoca é um grau de incerteza elevado nos trabalhadores por conta de outrem e não acrescenta absolutamente nada aquilo que o país precisa, que é aumentar a produtividade e a competitividade.

O Partido Socialista tem sido claro desde o início, este projeto foi um erro, um erro quanto à forma como foi apresentado, um erro porque não houve debate, um erro porque não houve uma reflexão pública, um erro na forma e no timing em que foi apresentado, no meio do Verão aos parceiros sociais, foi incomensuravelmente erros a mais para que este projeto seja proveitoso para o país.

Portanto, o Partido Socialista e esta bancada manifesta-se através desta moção contra o projeto apresentado pelo Governo.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Quero dizer que subscrevo alguns dos erros que o senhor deputado Manuel Fernandes acabou de referir.

Quanto a questões de tecnicidade, não é, digamos, aqui o tempo nem o local para podermos discuti-los e eu a título pessoal e também um pouco pela minha própria história, irei abster-me nesta moção.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 12 do PS, 1 da SET-V 25 e 6 da CDU, 7 votos contra do CH e 11 abstenções, 9 da SET-V 25, 1 da IL e 1 do LIVRE.

**2. Moção “Pela defesa dos direitos dos trabalhadores, contra o Pacote Laboral” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Flávio Lança (IL)** – A CDU utiliza Assembleia Municipal para uma disputa ideológica nacional, convocando greves e rejeitando à partida qualquer modernização do mercado de trabalho.

A Iniciativa Liberal defende o equilíbrio entre flexibilidade, proteção e competitividade sempre discutindo em sede própria concertação social em Assembleia da República. Não aceitamos uma instrumentalização política do município e por esse facto, iremos votar contra esta moção.

**José Ferreira (CH)** – Boa noite a todos! Antes de mais cumprimentar o executivo e parabenizar pela eleição, todas as bancadas municipais, o público em casa e o que está aqui presente.

O partido CHEGA não vai acompanhar esta moção com toda a responsabilidade que o tema exige. Não podemos acompanhar, porque não faz sentido tomar uma posição sobre algo que não existe concretamente. O chamado pacote laboral ainda não está aprovado e tudo o que chegou ao debate público até agora são possibilidades, cenários e intenções, nada definitivo, por isso, o CHEGA não vai acompanhar uma especulação.

**Miguel Tiago (CDU)** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero aproveitar para cumprimentar os membros da Assembleia Municipal e os membros do executivo.

Este pacote laboral, este conjunto de medidas apresentado como pacote laboral é uma encomenda, responde a uma encomenda das confederações patronais.

O processo que até aqui tem vindo a ser levado a cabo fala por si, já foram descritos alguns dos impactos na vida dos trabalhadores, trabalhar hoje sem saber se trabalha amanhã, baixar os salários, fragilizar os vínculos laborais, fragilizar a contratação coletiva, os direitos sindicais, alargar os motivos para o desemprego e criar mecanismos que impossibilitam o regresso do trabalhador mesmo em caso de decisão favorável.

Portanto, as propostas do Governo falam por si e também a luta dos trabalhadores tem vindo a falar por si e sentimo-nos muito bem em utilizar esta Assembleia Municipal para expressar a nossa solidariedade e apelar a que esta assembleia a expresse para com todos aqueles que são alvos desta política e desta investida contra os trabalhadores.

Este pacote foi encomendado pelas confederações patronais e não nos provoca nenhuma estranheza que aqueles que defendem esses interesses, o CHEGA e a Iniciativa Liberal, não a acompanhem, pelo contrário, reforça a sua justeza.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 12 do PS, 1 da SET-V 25, 6 da CDU e 1 do LIVRE, 8 votos contra, 7 do CH e 1 da IL e 9 abstenções da SET-V 25.

**3. Moção “Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Elisabete Cavaleiro (PS)** – Boa noite a todos e a todas. Saudar todos os eleitos na pessoa do Sr. Presidente e cumprimentar quem nos assiste em casa.

O Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres, assinalado a 21 de novembro, foi proclamado pela ONU em 1999 e Portugal é um país signatário da declaração internacional dos direitos humanos.

Em todas as formas de violência contra as mulheres destaca-se a violência doméstica, que é o crime que mais mata em Portugal. Nós somos todos chamados e convocados, enquanto eleitos e eleitas temos responsabilidades acrescidas e, neste caso em concreto, saudamos o importante trabalho das Associações, Movimentos, Serviços Sociais do Estado, das autarquias, das atividades de apoio e toda a sociedade que trabalha em prol deste combate a este flagelo que a todos nos deve envergonhar.

Dito isto, a Assembleia Municipal reunida hoje, a 5 de dezembro, associa-se à evocação do Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, repudiando toda e qualquer forma de violência em razão do sexo.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Como é evidente, o Grupo Municipal do Movimento Independente Setúbal de Volta associa-se a este voto e queremos só acrescentar duas notas.

Subscrevemos aquilo que a senhora deputada acabou de referir e dizer que este é um crime relevante no contexto do nosso concelho e creio que representará um esforço, não apenas do executivo, mas de todos para que ele possa ser mitigado e minorado.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

**4. Moção “Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Luís Maurício (CH)** – Esta moção da CDU é um conflito ideológico disfarçado de proposta municipal, é um documento que insulta o Estado Português, ao acusá-lo de genocídio, crimes de guerra, sem qualquer fundamento jurídico ou moral. Isto não é política, é como sempre propaganda.

A moção omite deliberadamente o ataque terrorista do dia 7 de outubro, omite os reféns, omite o Hamas e constrói uma narrativa unilateral para transformar esta assembleia numa extensão de agenda extremista da CDU, até usam a Casa da Moeda como arma política, deturpando contratos legais para inventar culpabilidades que não existem, é uma manipulação pura.

E mais grave, muito mais grave, querem transformar Setúbal numa cidade solidária, alinhada com a visão deles, como se representassem todos os setubalenses, mas não, não representam, não têm esse mandato, não têm esse direito.

**Flávio Lança (IL)** – Tenho de começar esta intervenção por questionar a bancada da CDU. Porque não fazer uma moção com o Dia Internacional de Solidariedade para com o povo da Venezuela ou da Ucrânia?

Bem, esta moção apresenta uma leitura radical e unilateral de um conflito complexo, utilizando linguagem extrema e propondo medidas que extravasam completamente o âmbito autárquico.

A Iniciativa Liberal defende a paz, a proteção de civis, de todos os civis e o respeito pelos direitos humanos, mas rejeitamos a instrumentalização da Assembleia Municipal para disputas ideológicas internacionais ou para alinhamentos automáticos com um dos lados de conflitos que exigem prudência, rigor e responsabilidade diplomática. Por estes factos iremos votar contra esta moção.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Foi preciso regressar a Setúbal para ouvir o deputado Miguel Tiago há pouco e até concordar com algumas coisas que ele referiu.

Relativamente a esta moção, desafio, até porque tentou mostrar esta simpatia para consigo e para convosco, se não era possível transformar esta moção numa moção pela paz, uma moção que apelasse ao reconhecimento dos dois estados, numa moção que reconhecesse que há israelitas que são contra o Governo Netanyahu e que são contra aquilo que se está a passar em Gaza e que há judeus nessa diáspora que também são contra.



Se conseguissem, eventualmente, modificar um pouco o vosso texto, ele não ser tão, tão pró-palestiniano, mas ser pró paz, nós até gostaríamos de acompanhar. Se o texto se mantiver como está, nós não vamos acompanhar.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Muito boa noite a todas e a todos os presentes na sala e a quem nos acompanha em casa. Gostava de reiterar o que já fiz na primeira sessão, desejar um bom mandato à Câmara Municipal, aos senhores vereadores, ao Sr. Presidente e aos deputados municipais.

Relativamente a esta moção, que fique claro que o PS condena as atrocidades cometidas pelo Hamas em 7 de outubro de 2023, como condena as atrocidades cometidas por Israel sobre a população indefesa.

Como dizia Edite Estrela em dezembro de 2023 no Parlamento, *“as atrocidades não se resolvem com mais atrocidades”*.

O PS defende a existência do Estado da Palestina como forma de solucionar um conflito que se prolonga há várias décadas e já nessa data, dezembro de 2023, o PS recomendou ao Governo, através de um projeto de resolução, para encetar todos os esforços diplomáticos para defender a criação do Estado da Palestina, a par da existência do Estado de Israel, lado a lado a viver em paz e segurança, tal como previsto no plano de partilha das Nações Unidas de 1947. O reconhecimento pelo Governo português e por Portugal veio a verificar-se em 21 de setembro do corrente ano.

O conflito israelo-palestiniano afeta igualmente as populações israelitas e palestinianas e se a responsabilidade maior pelo atual conflito é do Hamas, o Governo de Israel tem também responsabilidades por não ter feito todos os esforços no quadro das Nações Unidas para encontrar uma solução negociada que conduzisse à paz e à criação do Estado Palestino.

Mas não podemos, com pena nossa, acompanhar esta moção, porque ela coloca-se claramente ao lado de uma das partes e faz acusações ao Estado Português com que não concordamos.

Fala da violência dos colonos israelitas, mas esquece a violência do Hamas sobre os próprios palestinianos, nomeadamente execuções sumárias noticiadas e não desmentidas e as atrocidades que cometeram em outubro de 2023. Exige o reconhecimento do Estado da Palestina, mas esquece-se que o Hamas não reconhece o Estado de Israel e diz mesmo que lutará até à extinção do Estado de Israel.

**Simão Calixto (CDU)** – De facto, a CDU tem mandato e tem direito de trazer aqui os documentos que bem entende e nesta ocasião do Dia Internacional de Solidariedade com o povo palestiniano, entendemos trazer este e não outro. Porque, de facto, o dia 29 de novembro foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o Dia Internacional de Solidariedade para com o povo palestiniano, reafirmando os direitos deste povo à autodeterminação, à independência, à soberania e ao direito a ter um Estado próprio.

O povo palestiniano enfrenta uma brutal campanha de violência que já começou lá bem atrás, em 1967, mas, em particular, desde outubro de 2023, onde mais de 240 mil vidas foram destroçadas, entre mortos e feridos, mais de 10% da população da Palestina e só desde o dia 11 de outubro de 2025, data da entrada em vigor do cessar-fogo, já se contaram mais de 352 mortos e 896 feridos.

Não sei senhores deputados, como é que se houve aqui um conjunto de intervenções e não se pode solidarizar com este povo mártir que é assassinado, que é morto apenas por serem palestinianos, apenas por terem nascido do lado errado do muro. Portanto, a solidariedade com a Palestina é, de facto, uma defesa com a democracia dos direitos humanos e da paz, com a justiça em Portugal e no mundo.

Sim, vamos apresentar esta moção e os senhores votem de acordo com aquilo que entenderem.

**David Martins (SET-V 25)** – Cumprimentar o Sr. Presidente e toda a Assembleia, também a Sra. Presidente da Câmara e a todos os eleitos e ao público em geral.

Eu não podia deixar, também, de fazer aqui uma intervenção, porque me magoa muito e acompanho aquilo que foi dito pelo colega José Manuel Canavarro, pelo deputado Flávio Lança e também pelo Partido Socialista.

Magoa-me muito que o Partido Comunista Português, que eu respeito, obviamente, só fale das atrocidades e das mortes dos palestinianos e também de Israel e não envolva todas estas guerras, nomeadamente a da Ucrânia, em que também foram dizimadas milhares de pessoas, crianças e tudo aquilo que sabemos. Se houvesse aqui um conjunto pela paz no mundo eu acompanharia também, assim lamento e magoa-me muito que assim seja.

Não havendo mais intervenções, foi a moção rejeitada por maioria e em minuta, com 14 votos contra, 6 da SET-V 25, 7 do CH e 1 da IL, 17 abstenções, 12 do PS, 4 da SET-V 25 e 1 do LIVRE, e 6 votos a favor da CDU.

**5. Moção “Pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975” (CH) (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Presidente da Mesa** – Antes de dar a palavra só dizer que esta moção enferma daquela situação na parte deliberativa, porque diz “*Os eleitos do Partido CHEGA homenageiam...*”, aqui deveria ser, eventualmente, “*A Assembleia Municipal...*”. Pode-se alterar.

**Luís Maurício (CH)** – Votar a favor desta moção, não é apenas celebrar o passado, é escolher que tipo de futuro queremos e escolher a legitimidade do voto popular contra a imposição da força, seja ela de armas em 75 ou da tentativa de secretariar para calar os partidos de hoje.

Quem hoje rejeitar homenagear os heróis do 25 de novembro, está a admitir nesta sala que preferia que Portugal se tivesse tornado numa ditadura totalitária.

Não deixem que o sectarismo ideológico vos cegue, a própria liberdade que nos permite estar aqui hoje e discutir democraticamente deve-se à coragem destes homens.

Pela memória, pela verdade, pela democracia, viva o 25 de Novembro.

**Manuel Fernandes (PS)** – Em primeiro lugar, devo dizer que esta moção tem uma forma de saudação, eu não sei como, mas a matéria deliberativa não é bem uma matéria deliberativa, porque isto são recomendações ao fim ao cabo de uma apresentação de uma saudação, portanto, eu penso que chamar moção, não é propriamente a forma correta.

O 25 de Novembro é uma data que o Partido Socialista saudou no passado, saúda e dignifica atualmente e continuará a fazê-lo no futuro. O PS olha para o 25 de Novembro com a importância do contexto histórico da época e com a relevância da vitória das forças moderadas na consolidação da democracia.

Esta moção apresentada pelo CHEGA refere-se ao 25 de Novembro como a reafirmação do mandato democrático das instituições civis e da legalidade democrática, é isto que está escrito na moção.

O partido CHEGA pretende com esta moção atingir aqueles que no cumprimento da mesma legalidade democrática pretendem a extinção do CHEGA.

Provavelmente a moção pretenderá responder aos seus próprios fundadores que publicamente já vieram defender a extinção do partido CHEGA por ilegalidades dos seus órgãos, falo, por exemplo, da militante número 3, Fernanda Marques Lopes.

Defender o espírito do 25 de Abril e do 25 de Novembro, como vem mencionado na moção, é deixar a autonomia dos tribunais à responsabilidade da decisão sobre a legalidade de partidos políticos. Ora se o partido CHEGA for algum dia extinto ou ilegalizado, essa decisão será sempre de um tribunal no mais restrito respeito democrático, não será devido a posicionamentos políticos ou posições públicas dos seus fundadores.

Se a intenção de instrumentalizar a data da consolidação da democracia com o propósito de legitimar alguma ilegalidade dos órgãos de um partido político, então, estaríamos a desrespeitar a democracia e não a celebrá-la. Se as comemorações do 25 de Novembro servirem apenas como arma de arremesso contra adversários políticos, então, o que estamos a fazer é diminuir uma data de grande relevância para a história de Portugal, em vez de a preservar e valorizar na nossa memória coletiva.

Ao contrário do que vem referido na moção, o verdadeiro dia da conquista da democracia foi no dia em que passámos da ditadura para o regime democrático, essa sim é e sempre será o 25 de Abril, ignorar este facto é não só um erro histórico, como uma tentativa de reescrever a história e pelo Partido Socialista essa versão não passará.

A bancada do Partido Socialista nesta assembleia, nunca utilizará para revanchismo político uma data de grande importância para a memória coletiva, onde intervir diretamente através de muitos dos seus dirigentes e principalmente através do seu fundador Mário Soares, o PS votará contra esta moção.

**Flávio Lança (IL)** – Reconhecemos a importância histórica do 25 de Novembro para a consolidação da democracia e da liberdade em Portugal, contudo, esta moção apresenta um enquadramento excessivamente partidário, eu diria até instrumentalização partidária e não adequada ao espírito inclusiva e plural que a data representa.

A Assembleia Municipal deve celebrar o 25 de Novembro, enquanto conquista de todos os portugueses sem instrumentalizações políticas.

Não querendo diminuir uma data que consideramos muito relevante, não iremos acompanhar esta moção, iremo-nos abster.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Eu queria dar uma nota, é uma nota pessoal, mas vou fazê-lo.

No dia 25 de Novembro de 1975 estava em Setúbal, o meu pai era dirigente do Partido Socialista e estava na sede do Partido Socialista na Avenida da Portela. Por isso, para mim, é uma data de uma relevância ímpar, mas, infelizmente, eu não consigo concordar com o texto que está na moção.

Se ela pudesse ser reescrita eu votaria a favor, porque 25 de Novembro é uma data importantíssima para mim, da forma como está escrita alguns aspetos que já foram referidos, eu pessoalmente irei votar contra.

Não havendo mais intervenções, foi a moção rejeitada por maioria e em minuta, com 25 votos contra, 12 do PS, 6 da SET-V 25, 6 da CDU e 1 do LIVRE, 5 abstenções, 4 da SET-V 25 e 1 da IL, e 7 votos a favor do CH.

**David Martins (SET-V 25)** – Fez a seguinte declaração de voto: *“Eu vivenciei o 25 de Abril e o 25 de Novembro de muito perto, eu era um jovem, um jovem inconsciente, era universitário andei em todas as manifestações e, como é óbvio, o 25 de Abril foi fantástico e andei pelas ruas.*

*Depois o período entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro foi um período demasiado conturbado, inclusivamente, eu vi metralhadoras à minha frente numa manifestação em que estive no Terreiro do Paço.*

*Isto para dizer que, depois no 25 de Novembro eu estive na grande manifestação de Mário Soares na fonte luminosa em que creio que 1 milhão de pessoas estava ali.*

*Apenas lamento que o CHEGA, a formulação que colocou aqui, digamos, mistura muitas coisas. Em relação ao 25 de Novembro, obviamente, que eu apoio totalmente, vivi esse período e estamos aqui também pelo 25 de Abril e pelo 25 de Novembro, portanto, foi por isso que eu me abstive e não votei contra esta moção.”*

### **III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE CONDENAÇÃO, DE REPÚDIO E DE PESAR**

- 1. Saudação “Pela capacidade de resposta aos eleitos da *Depressão Cláudia*” (SET-V 25)** (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Helena Coelho (SET-V 25)** – Muito boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara, senhores vereadores, público que nos acompanha não só aqui, mas também através dos órgãos.



Gostávamos de propor o voto de saudação para a capacidade de resposta que o Serviço Municipal de Proteção Civil, os Bombeiros de Setúbal e as demais entidades tiveram aquando da depressão *Cláudia* e gostaríamos, também, de sublinhar, porque é importante sublinharmos, que sentimos com grande clareza nestes dias a importância das obras que foram feitas, antecipando o futuro. Falo, obviamente, da bacia de retenção. Com a bacia de retenção nós não tivemos inundações na cidade de Setúbal.

**Maria João Palma (PS)** – A bancada do PS expressa profundo reconhecimento a todos os elementos do Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros de Setúbal e demais entidades, mas queremos dar uma relevância nomeadamente aos elementos do executivo das juntas de freguesia e aos seus trabalhadores pela forma exemplar que, efetivamente foi necessária por todos e todas, como atuaram na mitigação dos efeitos da depressão *Cláudia*.

A acrescentar ainda que a bacia de retenção foi planeada, construída e continua a ser melhorada, provando uma vez mais ser uma obra que protege e melhora a qualidade de vida dos setubalenses, projetada tecnicamente e com melhorias que são diárias não só por uma pessoa, mas por muitos e muitos que têm feito desta bacia um exemplo utilizado inclusivamente em revistas desta temática a nível internacional.

**José Silva (CH)** – Nós gostávamos de alargar esta saudação aos trabalhadores dos Serviços Municipalizados e das freguesias do concelho e registamos com agrado a apreciação feita a essa obra determinante da gestão CDU, as bacias de retenção na Várzea que, apesar, de não terem merecido de todos os eleitos na época uma adesão inicial, hoje é consensual o papel que desempenha em momentos como este.

**Helena Coelho (SET-V 25)** – É importante referir que foi a gestão CDU liderada pela atual Presidente Maria das Dores Meira. É importante deixar esta ressalva.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, um do CH e dois da CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 22 votos a favor, 10 da SET-V 25, 6 do CH, 4 da CDU, 1 da IL e 1 do LIVRE, e 12 abstenções do PS.

**2. Saudação: 104º Aniversário do Grupo Desportivo Setubalense “Os 13” (SET-V 25) (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**3. Saudação “Dia Mundial da Pesca” (SET-V 25) (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Miguel Sena (SET-V 25)** – Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todas e todos os presentes e a quem nos vê lá em casa.

Esta saudação sobre o Dia Mundial da Pesca, que foi celebrado no passado dia 21 de novembro, refere a importância para o nosso distrito a nível económico, cultural e turístico da pesca em si.

Este grupo nesta assembleia reafirma o compromisso de apoiar políticas que promovam a segurança no mar, a dignidade laboral, a sustentabilidade dos recursos e a valorização justa do pescado, assegurando que esta atividade possa prosperar no futuro.

**Simão Calixto (CDU)** – Dizer que acompanhamos o sentido desta saudação e, como no mandato anterior, a CDU está cá nesta assembleia também para exigir que a APSS e a DOCAPESCA assumam as suas responsabilidades, nomeadamente, até na manutenção da Doca dos Pescadores, assunto que trouxemos aqui por diversas vezes. Também na criação de condições dignas e propícias ao desenvolvimento da atividade piscatória da nossa cidade, com o reforço das condições das instalações da DOCAPESCA, nomeadamente na iluminação e no reforço dos trabalhadores e tudo mais.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**4. Saudação “115º Aniversário do Vitória Futebol Clube” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Mário Aranha (PS)** – Boa noite a todas e a todos aqui presentes na sala e a quem nos vê lá em casa.

Fazer só um pequeno resumo, porque falar sobre o Vitória ficávamos aqui o resto da noite.

O enorme faz a bonita idade de 115 anos, são 115 anos de pura paixão setubalense e como não saudar o nosso enorme que tanto nos orgulha.

Entre outros feitos, foi o 1º clube fundado na 1ª República, segue desde a sua fundação os princípios profundamente democráticos e republicanos de um sócio, um voto. Teve a 1ª mulher ciclista federada em Portugal num período dos anos 20 do século passado e que competir era para uma mulher quase um ato de rebeldia social. Foi campeão de Lisboa duas vezes nos anos 20, do século passado, onde foi obrigado a jogar todos os jogos fora de casa.

O Estádio do Bonfim é o único estádio em Portugal construído sem qualquer apoio do Estado Novo e que uma componente significativa da sua construção foi suportada no trabalho voluntário dos seus adeptos. Venceu a final mais longa de sempre da Taça de Portugal, venceu a 1ª Taça da Liga.

O Vitória como símbolo maior do concelho representa o que temos de melhor, trabalho duro e honrado e nunca deixar de lutar.

Tanto nas derrotas como nas vitórias é um símbolo de fair-play e grande embaixador das nossas gentes, seja nos palcos mais humildes do campeonato distrital, como num dos maiores palcos desportivos em Portugal ou no estrangeiro.

Saudamos com fervor os 115 anos do Vitória, porque o Vitória não é grande é enorme.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Nós, com enorme agrado associamo-nos a este voto do PS e retiramos a nossa proposta sobre o mesmo tema.

**Presidente da Mesa** – Se quiserem podemos votar em conjunto.

**José Canavarro (SET-V 25)** – É sobre o mesmo tema e revemo-nos naquilo que o Partido Socialista disse e escreveu.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.



**5. Saudação “Seleção Nacional de Andebol em Cadeira de Rodas – Campeã da Europa” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Presidente da Mesa** – Temos esta saudação apresentada pelo Partido Socialista, também há uma sobre a mesma temática apresentada pela CDU e há outra do Movimento Independente, o que propunha era apresentarmos à discussão as três ao mesmo tempo, por uma questão de economia de tempo e depois fazermos a votação em conjunto ou em separado, caso assim o entendam.

**Maria João Palma (PS)** – A Assembleia Municipal de Setúbal reunida a 5 de dezembro de 2025, dirige um forte aplauso aos atletas, à equipa técnica e a todos os que contribuíram para este extraordinário resultado, salientando com especial regozijo o feito dos setubalenses, o treinador Danilo Ferreira e os jogadores Daniel Pereira e o meu amigo de Euclides Soares. Desculpem, mas eu tinha de dizer isto.

É com grande orgulho que este exemplo continue a inspirar Setúbal e Portugal e, sobretudo, todos aqueles e aquelas que através do desporto encontram novas formas de se superar.

Muitos parabéns, campeões da Europa!

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. Saudação “Seleção Portuguesa de Andebol em Cadeira de Rodas” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**7. Saudação “Arrábida Reserva da Biosfera” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais, dois do PS e um do CH.

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. Voto de Louvor: Aos atletas setubalenses da Seleção Nacional de Andebol em Cadeira de Rodas e ao selecionador Danilo Ferreira pela vitória histórica no “1º Campeonato Europeu de Andebol em cadeira de rodas EHF 2025” (SET-V 25) (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do PS.

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.



**9. Voto de Louvor “115º Aniversário do Vitória Futebol Clube” (SET-V 25)** (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata) – RETIRADA

**José Canavarro (SET-V 25)** – Pediu para retirar a proposta porque se associaram à Saudação apresentada pelo PS sobre o mesmo tema.

**10. Voto de Louvor “Pelos resultados obtidos pela atleta Setubalense Margarida Silva” (SET-V 25)** (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Helena Murta (SET-V 25)** – Boa noite a todas e todos, boa noite a quem nos ouve lá em casa.

O nosso voto de louvor é realmente pela nossa setubalense Margarida Silva, queremos saudar esta atleta pelas duas medalhas de ouro e uma de prata em atletismo conquistadas nos Jogos Surdolímpicos em Tóquio, no Japão.

Mas, também, queremos expressar o nosso profundo reconhecimento ao treinador Fernando Ferreira pela importância do resultado para o atletismo nacional.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propomos que a Assembleia Municipal de Setúbal delibere aprovar um voto de louvor à Margarida Silva.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais do PS.

Não havendo intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**11. Voto de Louvor “João Pedro Cruz obteve a medalha de Bronze no Campeonato Mundial de Patinagem” (SET-V 25)** (conforme documento registado sob o n.º 34, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Sofia Almada (SET-V 25)** – Queremos saudar este atleta, uma vez que foi um campeonato em que ele esteve presente poucas semanas depois do falecimento do seu pai. Por isso, com a ajuda de familiares, de amigos e de muitos munícipes conseguiu arranjar ajuda para estar lá presente.

Pela resiliência que ele demonstra, pela disciplina, pela responsabilidade que teve em perante um momento de luto representar à mesma o nosso país, achamos que é da mais elementar justiça reconhecer o seu trabalho, bem como da família, da equipa técnica e, por isso, saudamo-lo e reconhecemos todo o trabalho que tem feito na área do desporto e dizemos também que deve ser apoiado.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

**12. Voto de Pesar: 45 anos passados pela “Tragédia de Camarate” (SET-V 25)** (conforme documento registado sob o n.º 35, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**José Canavarro (SET-V 25)** – Nós tentámos apresentar um voto expurgado de referências demasiadamente partidárias ou politizadas, sobretudo, enaltecendo o papel quer de Adelino Amaro da Costa, um papel de menos relevo, mas o papel que teve ainda no tempo pré 25 de Abril, no tempo do fascismo, foi uma pessoa muito importante no desenvolvimento do sistema educativo português e na chamada reforma “Veiga Simão”

que, como sabem, historicamente teve algum relevo e trouxe alguma modernidade às escolas e ao sistema educativo português, tanto quanto era possível perante um regime autoritário e fascista da época. O papel de Sá Carneiro é relevantíssimo e é conhecido de todos, são 45 anos, mas alguns de nós, pelo menos, recordamos a morte destas duas pessoas e dos restantes ocupantes do avião, mas, sobretudo destas duas figuras políticas que perdura na nossa memória e, por isso mesmo, apresentamos este voto de pesar.

**Simão Calixto (CDU)** – No nosso caso, naturalmente, que pesamos pela morte deste conjunto de pessoas e outras que não estão referidas, mas que morreram na consequência do acidente. Mas há aqui uma questão que não podemos deixar passar em claro, que é classificar Sá Carneiro como lutador antifascista. Na nossa opinião, roça um bocadinho o ridículo, porque, de facto, Sá Carneiro foi eleito na Assembleia Nacional fascista, nas listas do partido único fascista, onde procurou introduzir, é verdade, algumas reformas, mas classificar este homem como um lutador antifascista, de facto, é um insulto àqueles que morreram a lutar contra o fascismo nas masmorras das cadeias, torturados, etc., etc. Portanto, da nossa parte, se o voto permanecer tal qual como está, vamo-nos abster, mas se os proponentes entendem retirar esta expressão “lutador antifascista” não teremos nenhum problema em acompanhar.

**Elisabete Cavaleiro (PS)** – Naturalmente que a bancada do Partido Socialista acompanha este voto de pesar, no entanto, sugerimos que ele tenha algumas alterações, nomeadamente no que diz respeito ao elencar dos nomes que constam do voto de pesar.

Portanto, nós propúnhamos que o articulado tivesse o seguinte texto: *“Camarate, bairro das Fontainhas, na noite de 4 de dezembro de 1980, na sequência da queda da avioneta, não tendo havido qualquer sobrevivente, no interior encontrava-se o Primeiro-Ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro, a sua companheira, a editora da Dom Quixote e ativista Snu Abecassis,...”* aqui até complementando o que o senhor deputado da bancada da CDU acabou de referir, *“...sendo esta até uma combatente antifascista, Adelino Amaro da Costa, Ministro da Defesa e a sua esposa Maria Manuela Simões Vaz Pires, António Patrício Gouveia, Chefe de gabinete do Primeiro-Ministro e os dois pilotos, Alfredo de Sousa e José Albuquerque.”* Porque nenhuma vida tem mais valor do que a outra, porque todas as vidas contam, não podemos deixar de sugerir a inclusão de todos os nomes neste voto de pesar.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Nós vamos substituir a expressão “lutador antifascista” por “democrata”, porque isso acho que ninguém contrariará e se o grupo municipal do Partido Socialista nos quiser fazer chegar essas alterações, nós evidentemente que as incluiremos e ficará assim como eu acabei de referir.

**Presidente da Mesa** – Então com as alterações propostas pelo Partido Socialista e pela CDU e assumidas aqui pela bancada do Movimento independentes vai ser posta a votação.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

### **13. Voto de Pesar “Falecimento de Isaurindo Abegão” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 36, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

**Ilídio Ferreira (PS)** – Com a sua permissão só mais uns segundos, já passámos do tempo, e peço também à assembleia essa permissão.

Cabe-me a mim trazer este voto de pesar, porque fui amigo do Isaurindo e fui companheiro dele em mandatos nesta Assembleia Municipal. Foi uma pessoa empenhada e grande defensora da sociedade, empenhada em questões cívicas da cidade e em várias coletividades e, para além de tudo, foi por 3 mandatos membro desta Assembleia Municipal.

Nós, Assembleia Municipal, propomos transmitir à família e amigos as mais sentidas condolências e sugerimos ao executivo a atribuição do nome de Isaurindo Abegão a uma avenida ou rua da nossa cidade. Gostaria também de, conjuntamente com o anterior voto de pesar, sugerir ao Sr. Presidente um minuto de silêncio.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

#### **14. Voto de Pesar “Falecimento de Lídia Sequeira” (Mesa)**

**Presidente da Mesa** – Sim senhor. Eu também propunha à Assembleia Municipal, caso fosse vosso entendimento, um outro voto de pesar.

Faleceu a Dra. Lídia Sequeira, que foi Presidente da APSS, uma pessoa que eu conheci nas famosas dragagens aqui em Setúbal e com quem tive um prazer enorme em lidar.

Era uma mulher de coragem, em todos os sentidos, quando foi os tempos quentes da década de 70, era uma lutadora antifascista, alguém que deu a cara, fez um percurso extraordinário do ponto de vista académico e profissional e teve uma presença e uma importância muito grande aqui no Porto de Setúbal numa altura muito complicada.

Se todos concordarem, juntava este voto de pesar verbal e faríamos aqui também um minuto de silêncio.

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio em honra de todos os falecidos.

### **C – PERIODO DA ORDEM DO DIA**

- 1. Informação de Alerta Precoce da DGAL, sobre a Taxa de Execução da Receita Prevista no Orçamento Inferior a 85% durante dois anos consecutivos (2023 e 2024), nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual** (conforme documento registado sob o n.º 37, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Vanda Pombo (SET-V 25)** – Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. Presidente da Câmara e a todos os presentes.

A situação financeira do município voltou a ser objeto de um alerta precoce da Direção-Geral das Autarquias Locais, não é um detalhe administrativo, é um sinal oficial previsto na lei que nos obriga a reconhecer um problema sério, a taxa de execução da receita prevista no orçamento esteve abaixo dos 85% durante 2 anos consecutivos.

A DGAL aplicou a lei face às contas apresentadas, não exagerou. Teria o município empolado as receitas e estas não se concretizaram?

Quando um orçamento prevê receitas que posteriormente não se traduzem em recebimentos efetivos, tudo o resto fica comprometido, pagamentos, investimentos, definição de prioridades e a própria credibilidade financeira da autarquia.

Este alerta decorrente da lei não significa colapso financeiro, mas significa que o município tem de mudar a forma como constrói orçamentos, com mais rigor e mais realismo. É essencial garantir que o orçamento reflita receitas verdadeiramente cobradas e não expectativas que depois se desvanecem.

O município não pode continuar a viver com uma margem tão grande entre o que prevê e o que executa.



O alerta deve ser encarado como uma oportunidade para fortalecer a gestão financeira, reforçar a transparência e dar um sinal claro de responsabilidade para com os setubalenses.

Enquanto membros desta assembleia, temos o dever de acompanhar de forma crítica e construtiva, o futuro financeiro de Setúbal exige maturidade e rigor e este é o momento para corrigir o rumo.

**Mário Aranha (PS)** – Esta informação oficial que aqui vem, só vem corroborar formalmente tudo aquilo que o Partido Socialista aqui na Assembleia Municipal de Setúbal tem defendido nestes últimos anos, que os orçamentos que nós discutimos aqui e que votávamos não era bem orçamentos, eram altamente especulativos.

Sabemos que muitas das receitas que estavam inscritas nesse documento, tanto a nível de receitas como despesas, não iriam ser executadas. Para isso alertámos várias vezes, demos várias opiniões construtivas que o processo orçamental deveria ser completamente reformulado e aqui está o resultado.

A própria DGAL diz que os orçamentos que foram apresentados aqui em Setúbal foram exercícios meramente especulativos e isso é uma tremenda falta de respeito pelos cidadãos e pelos contribuintes.

Agora que se iniciou um novo mandato, queremos referir aos setubalenses e azeitonenses que podem contar com o Partido Socialista para mantermos a bitola, a mesma fiscalização e a mesma oposição construtiva.

**Luís Maurício (CH)** – A DGAL volta a alertar a Câmara de Setúbal, mais uma herança direta da gestão desastrosa da CDU, do executivo anterior. Anos de má organização, processos maltratados e falta de rigor deixar o município num estado vergonhoso.

Agora surgem avisos formais, porque a inércia e o facilitismo da CDU criaram problemas e não desaparecem por propaganda, é tempo de assumir responsabilidades, que no caso da CDU foi desleixo, opacidade e erros que os setubalenses continuam a pagar. Basta de tantos problemas.

**2. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades referente aos meses de setembro e outubro de 2025** (conforme documento registado sob o n.º 38, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Ilídio Ferreira (PS)** – Senhor Presidente, naturalmente que nós não temos muito para apreciar sobre a informação escrita ou nada do atual mandato, porque ela diz respeito aos 2 meses ainda do anterior mandato.

Mas à semelhança do que já fazíamos no anterior mandato, nós procuramos neste espaço que nos é destinado para colocar algumas questões à Sra. Presidente da Câmara.

Concretamente, eu venho aqui falar do contrato de concessão de estacionamento tarifado, a Câmara procedeu à resolução do contrato nos termos da cláusula 14ª do contrato, por violação de forma grave e reiterada das obrigações constantes do contrato por parte do concessionário. Após ser notificado, a DATAREDE dispunha de 15 dias para contestar judicialmente, o que fez. Em 22 de setembro de 2025, a Câmara foi notificada, porque o concessionário interpôs uma providência cautelar que visava suspender a eficácia da decisão camarária.

Esta providência, efetivamente, suspendeu a decisão da Câmara, por isso o contrato de estacionamento continua em vigor. O município tinha 10 dias para recorrer e cremos que o terá feito.

Pergunto à Sra. Presidente duas coisas, primeiro, se confirma que efetivamente a Câmara recorreu da providência cautelar interposta pela DATAREDE? E se pode transmitir a esta assembleia qual é o ponto de situação deste processo, que todos estamos de acordo que é um processo difícil para a autarquia, é um processo que nos preocupa e que devemos, em nossa opinião e convencido de que é a opinião do executivo, dar o máximo de atenção.

**Flávio Lança (IL)** – Como disse o deputado Ilídio, este executivo tem 2 meses, ainda que, haja alguns temas que eu acredito que precisem aqui de algum aprofundamento.

Nós temos vindo, e já no mandato passado também o fizemos, a demonstrar aqui alguma preocupação com aquilo que eram as contas que nós víamos da Câmara e continuamos a ver que continuam a haver resultados negativos, despesa acima da receita e aqui surge uma questão que eu gostaria de endereçar ao executivo, se há aqui algum plano para conseguirmos reverter esta situação?

Outro tema, são os pagamentos em atraso, se também há algum plano para recuperar aqueles 9 milhões de pagamentos em atraso? Também era algo que era relevante.

E outro tema que me preocupou quando li este relatório, foi o tema das injunções, foram 2,6 milhões em 2 meses, nós conseguimos saber se há mais injunções e qual é o seu total que temos postas à Câmara?

**Manuel Fernandes (PS)** – Pelo mesmo diapasão, direi que com 2 meses, obviamente, também este assunto é mesmo... Peço desculpa, um mês de mandato, obviamente, não dá para pegar em todos os assuntos ao mesmo tempo e há aqui assuntos que efetivamente merecem alguma reflexão sob pena de serem muito importantes. Todos eles são importantes, mas há uns com uma dimensão maior.

Este assunto, no entanto, é um assunto que vem do último mandato da Sra. Presidente, reporto-me ao Ecoparque do Outão.

Em relação ao Ecoparque do Outão, como vossa Excelência saberá, existe um protocolo com a APSS que vigora desde o dia 1 de janeiro de 2016, e esse protocolo diz que a partir do 6º ano, se não me falha a memória, começava-se a pagar cerca de 55 mil euros por ano à APSS. Até ao 5º ano era 19 mil euros, a partir do 6º ano seria 54 mil euros mais a atualização do índice de preços ao consumidor, portanto, isso andarà num valor superior, certamente, a 55 mil euros por ano.

Não é certamente e apenas o montante que está em causa, mas sim a forma. Nós temos ali um ativo, a Sra. Presidente concordará que é um ativo muito importante para a cidade, muito importante para o município, muito importante para quem nos visita e é também um equipamento ou uma série de equipamentos que carecem de intervenção imediata, aliás, como está nos considerando das várias propostas que foram já aqui observadas na Assembleia Municipal no anterior mandato.

Falo da rede elétrica, de construção de novos Bungalows, de requalificação do espaço público e por aí fora. Portanto, a própria Câmara em determinada altura, na sua gestão anterior, assumiu que não tinha capacidade financeira para poder intervir naqueles equipamentos e, por isso, avançou com uma concessão. Uma concessão que poderia ter várias formas, entre elas a Sra. Presidente optou pelo contrato de comodato e não vou aqui esmiuçar, obviamente, a pormenor aquilo que se passou ao longo do último mandato no debate. A minha pergunta neste momento e nesta altura apenas é, se Vossa Excelência está ainda com a mesma ideia que tinha no seu último mandato, de manter, para já, o protocolo com a APSS e manter o equipamento na responsabilidade do município?

A outra é, se a intervenção carece efetivamente, se continuará certamente com as contas que estão agora à vista, que carecem de algum apoio do setor privado que possa ali intervir e qual a forma? Se continua a insistir num contrato de comodato, se acha que essa é uma forma que não lhe traz quaisquer problemas, nem aos eleitos, nem à Câmara Municipal, uma vez que, no anterior mandato houve até a ameaça de uma providência cautelar. E se a concessão, através de um contrato público ou de uma adjudicação do contrato público, se fará de uma outra forma que não o contrato de comodato, por exemplo, um contrato de concessão?

Eram estas perguntas que lhe deixava, tendo por base que, obviamente, o contrato é renovável ao fim dos 10 anos, o qual será a partir de 2026 e carece, obviamente, de uma decisão mais rápida, porque estamos no final do ano 2025.

**Luís Maurício (CH)** – Senhora Presidente, espero bem que neste mandato tenha uma postura diferenciada do outro executivo, com a sua frontalidade responda a todas às questões que os deputados municipais assim o solicitarem, se tiver conhecimento na hora ou no momento.

A minha questão, por agora, será mesmo por causa da Comenda, nós tínhamos anteriormente uma Comissão sobre a Comenda, a qual fez um excelente trabalho e finalizou, mas a vereadora com o pelouro da Comenda de tempos em tempos ia-nos dando o ponto de situação de como estavam os processos judiciais, a sua evolução, e agradecia que a Sra. Presidente também fizesse da mesma forma ou da forma que achar melhor e ir informando os membros da Assembleia sobre como é que estão os processos judiciais da Comenda. Muito obrigado.

**Mário Aranha (PS)** – Mais uma vez aqui temos de questionar o executivo sobre coisas que vieram do mandato anterior, de qualquer das formas não poderíamos deixar de assinalar que vimos o documento que nos foi entregue e ficamos aqui com muitas dúvidas relativamente a uma obra polémica que está prevista realizar na interceção da Avenida de Moçambique com a Avenida Rodrigues Manito com a construção de uma rotunda e com o reperfilamento de toda a avenida.

Já existe uma petição pública com cerca de 269 assinaturas, já houve vários municípios que nos contactaram bastante preocupados. Isto é uma obra que está prevista que a Câmara gaste mais de 1,4 milhões de euros e isto levanta-nos, de facto, aqui uma série de preocupações.

Assim, questiono o nosso o executivo relativamente aos seguintes temas, se foram feitos alguns estudos de tráfego? Se sim, se é possível divulgá-los publicamente?

Se vão ser eliminados 9 lugares de estacionamento formais na Rodrigues Manito e 11 lugares na Avenida de Moçambique? Se a Avenida de Moçambique vai ficar mesmo só com 2 faixas, se vão ser abatidas 7 árvores com mais de 25 anos, que vão ser substituídas no Parque da Várzea, mas que vai transformar a zona da rotunda numa ilha de calor?

Foi-nos, também, referido que as passadeiras estão mal posicionadas e pergunto se vão ser alteradas com o contributo dos municípios? E se ainda é possível repensar este projeto ou mesmo anulá-lo?

**José Canavarro (SET-V 25)** – Em primeiro lugar, nós queremos agradecer seguramente aos serviços que também colaboraram na elaboração deste relatório.

Este relatório versa sobre 2 meses em que a Sra. Presidente ainda não o era, de qualquer modo ressalta-nos aqui, sobretudo, uma preocupação, uma macropreocupação que, aliás, o senhor deputado da Iniciativa Liberal já referiu, sem menosprezar as questões de mais detalhe que foram elaboradas pelos senhores deputados do Partido Socialista.

Mas o que nós gostaríamos de perguntar à Sra. Presidente da Câmara, é se efetivamente a dívida potencial, sabendo nós que é uma dívida potencial, porque parafraseando o antigo Primeiro-Ministro “as dívidas são para ser geridas”, mas se a dívida potencial da Câmara pode alcançar um valor próximo dos 120 milhões de euros? É uma dívida potencial que seguramente haverá margem de negociação.

Por outro lado, para dar também um tom mais animador a isto, é se a Sra. Presidente já, aliás, o senhor deputado Flávio Lança também o referiu, consegue ter algum vislumbre relativamente a se teremos Setúbal de volta.

**Simão Calixto (CDU)** – A minha questão prende-se aqui, também, com a atividade da Sra. Presidente ou neste caso, diria eu, a falta dela.

Todos nós temos assistido aqui às questões relacionadas com a saúde, o encerramento intermitente das urgências de obstetrícia aqui na nossa região, problema que não é de agora, mas que se tem agravado. Aliás, o anúncio do Governo em encerrar as urgências de obstetrícia e de ginecologia do Hospital de São Bernardo e do Barreiro e concentrar tudo em Almada, a mais de 30 quilómetros de distância.

No ponto de vista da CDU, isso é um problema, e devemos impedir que o Hospital de São Bernardo, o nosso hospital, se torne um Centro de Saúde gigante.

E, não tendo podido acompanhar, certamente, toda a atividade da Presidente nesta questão da saúde, ficamos a falhar que medidas é que tomou?

Houve até uma manifestação de utentes amplamente divulgada pela televisão à porta do hospital a exigir que os médicos lá fossem colocados, que houve reforço, seja no nos cuidados primários de saúde, seja também do hospital, do pessoal, não só médicos, mas também enfermeiros e restantes funcionários.

Também questionar a Sra. Presidente, o que é que, no âmbito da atividade municipal neste mês que aqui chegou, já pode fazer também na defesa de mais saúde para os setubalenses e contra o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde?

**Presidente da Câmara** – Eu vou tentar ser rápida.

O indicador mais preocupante é a evolução da dívida aos fornecedores, eram 20 milhões em 2021, mas com muito investimento realizado, investimento comprometido para execução, passa para 27 milhões em 2024 e em junho de 2025 já atingiram os 42 milhões. Hoje a dívida global do município aproxima-se dos 120 milhões. É de facto, este valor, o potencial da dívida entre o curto prazo e o longo prazo.

Apesar de termos assumido funções no passado dia 30 de outubro, já é possível apresentar dados sobre a situação financeira do município, designadamente estes da dívida, mas muitos outros, poderíamos estar aqui a noite toda já para relatar aquilo que fizemos em um mês, se calhar, o que outros não fizeram em 4 anos.

Empréstimos bancários foram 33 milhões, dívidas aos fornecedores 31, fornecedores de investimento 7 milhões, Estado e entes públicos 1 milhão, credores, transferências, subsídios não reembolsáveis também 1 milhão e o total do passivo apurado são 73 milhões e a estes somam-se os dos Serviços Municipalizados de Setúbal, pluviais, que nós devemos.

Pluviais e tarifa social 3 milhões, freguesias 2 milhões, injunções sem sentença 20 milhões. Sem sentença, porque injunções com sentença já foram apurados 18.170.421 euros, portanto, isto totaliza a verba que eu já referi.

Está em causa o equilíbrio orçamental, a sustentabilidade financeira e a execução dos investimentos programados. A situação é séria, como já aqui foi dito, e exige de todos os vereadores, dos deputados municipais e de todas as forças políticas muita responsabilidade nas propostas e nas decisões.

Não é ainda certo, eu já o disse na reunião de Câmara, mas podemos estar na iminência de ter de pedir um saneamento financeiro.

Quero que saibam que estamos a tratar das questões financeiras com muito cuidado e rigor e manteremos informadas sempre a Assembleia Municipal.

O orçamento municipal para 2026, que discutiremos em breve, não deixará de refletir estas preocupações.

Relativamente ao protocolo, que o nosso deputado municipal Manuel Fernandes aqui colocou, nós ainda não abordámos isto com a APSS, portanto, vamos ter no próximo dia 9 reunião com a APSS para vermos uma série de coisas e esta também, porque está, de facto, em cima da data.

Não conseguimos ir ver exatamente o estado das coisas, do ponto de vista do funcionamento já vimos, das carências que aquilo tem também já vimos, mas como é que vamos mudar isto? Achamos que o melhor é o concurso público para a concessão, porque sozinhos com este panorama não conseguimos de todo pôr aquilo a funcionar e alargar o potencial que aquilo que tem e é uma pena que aquilo não seja alargado, porque, de facto, está a funcionar nem a bem a metade. Aquilo pode ter mais de 3 partes de funcionamento.

Relativamente à Comenda, sabemos que existem 7 ações, nós já fizemos uma primeira reunião só com uma das sociedades de advogados que prestava serviços aqui à Câmara Municipal, só com uma estão mais de 200 processos nas mãos em 4 anos. Mas há mais advogados, que têm processos da Câmara e falámos com esta sociedade de advogados para saber exatamente como é que estava a DATAREDE, foi a que nos preocupou para saber o ponto da situação e sabermos que há 4 ações, 2 da DATAREDE e da nossa parte outras 2.

Nós fizemos o recurso e nós temos ainda mais uns dias para com calma nos sentarmos com os advogados para saber exatamente os termos das coisas, como é que como é que isto vai a andar.

Depois, em relação à rotunda, esta rotunda vem do executivo anterior, é uma rotunda que tem fundos comunitários, e nós estamos de acordo com esta rotunda, estamos de acordo com esta proposta, com este estudo que foi feito até à Várzea. Vai dar um grande apoio à escola nova, à Escola do Agrupamento Barbosa do Bocage que está lá ao fundo.

É uma escola que vai ter um grande movimento de trânsito, muitas pessoas vão vir pela Rodrigues Manito e viram ali para a escola, viram também para a Várzea e achamos que é uma boa solução.

Vai ter ali corredores de ciclovias e vai ter 59 árvores novas. Algumas das árvores que foram sinalizadas pelos nossos serviços têm fungos e se não houvesse rotunda elas teriam de ser retiradas na mesma, porque elas estão mesmo muito podres, estão muito velhas. Aquelas que estão mesmo em frente à farmácia com uma tempestade maior elas podem cair para cima de alguém, podem cair para cima de um carro. Elas tinham de ser retiradas na mesma. A árvore que os serviços iam tentar fazer a transplantação era aquela Palmeira que está lá muito grande e que, de facto, é uma pena ela sair e são umas árvores mais pequeninas que estão do outro lado da rua que também vão fazer a transplantação e essas, se calhar, são mais fáceis, porque são mais pequeninas, são mais jovens e o porte também é mais pequeno e irão para a Várzea.

Não há supressão de números de estacionamento, aquilo que está no projeto é que passam de 115 viaturas, que existem lá agora, para 117. De qualquer modo naquela conversa que eu tive na reunião que tive ali na rua com os moradores, chegámos à conclusão que podemos tirar aqueles Moloks que estão ali e, portanto, já está que é o SMS a fazer o estudo para colocar os Moloks mais atrás e em metal para tirar aquele plástico. Portanto, vão ser postos mais atrás e é a saída daqueles Moloks de plástico e aquele quiosque dos jornais que lá está vai possibilitar pôr ali mais quase 10 carros, o que vai fazer aumentar ali um bocadinho mais o estacionamento.

De resto, se esta rotunda for retirada vamos perder o financiamento comunitário e não estamos nada de acordo. Está aqui a vereadora a dizer que é um financiamento a 100% e vai haver a requalificação de toda a Avenida de Moçambique por aí abaixo e é uma perda muito grande se aquilo não se puder fazer.

Nós ficámos disponíveis para reunir com os moradores dali sempre, sempre que for necessário, ficaram lá os contactos para começarmos a ter reuniões com alguma regularidade para ajudar a resolver problemas que as pessoas vão ali colocando e com toda a justiça.

Depois, em relação aqui à atividade da saúde, nós fizemos já reuniões com alguns ministérios e um dos ministérios foi, de facto, o Ministério da Saúde e que relativamente à obstetrícia não conseguiu ainda resolver de todo os fechos das urgências de obstetrícia. As urgências pediátricas já estão regularizadas, mas as de obstetrícia ainda não estão e há sempre atendimento através do INEM, foi o que a Sra. Ministra nos informou.

Estamos preocupados também com isto, como podem imaginar, mas há a promessa, por parte do Governo, de tentar colocar mais profissionais, mais médicos para esta área, mas, para já garantiram-nos que o Garcia de Orta está já regularizado, mas Setúbal só está através do INEM por causa do nosso município, mas também por causa do Litoral Alentejano, porque todo o litoral alentejano vem para Setúbal.

Uma grande preocupação que colocámos à Sra. Ministra, além do dinheiro que nós temos para receber, de cerca de 1 milhão do Centro de Saúde de Azeitão, que ainda não está todo pago, também o lançamento do concurso para o Centro de Saúde do Bairro do Liceu, que é o Centro de Saúde que falta a abrir candidatura.

O Centro de Saúde de São Sebastião está a andar bem, mas pedimos que fosse, digamos, atualizada a verba de 3 milhões e meio para 4 milhões e foi aceite também pela Sra. Ministra.

Ainda em relação ao Hospital de São Bernardo, há uma questão que nos preocupa, é a questão desta obra nova que está a ser feita, mas já tínhamos alertado para isso ainda eu cá estava, porque a obra nova contempla muitos poucos lugares de estacionamento, tem 123 lugares de estacionamento e temos ali um corpo de trabalho e de profissionais na área da saúde diariamente naquele hospital de 1.500 pessoas, mais de 1.300 pessoas, utentes que vão diariamente ao hospital, mais 40 que normalmente têm operações cirúrgicas diariamente.

Portanto, estamos a pensar seriamente, com o hospital, avançar para um parque de estacionamento onde está o estacionamento em frente ali à Praça de Touros ou, então, junto ao IFP que tem lá muito espaço e aí serviria também para os trabalhadores da Câmara que estão no edifício em frente.

### **3. Deliberação n.º 01A/2025/AM – Proposta 01A/2025/AMS – Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal – Mandato 2025/2029**

**Presidente da Mesa** – Este regimento foi consensualizado em Comissão Permanente, não há grandes alterações, porque a maioria dos partidos entendeu que o anterior regimento tinha dado resposta cabal a todas as questões de funcionamento aqui da Assembleia.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Quero fazer uma pequena intervenção para saudar todos os líderes de bancada e evidentemente o Sr. Presidente e quem o acompanha em termos de secretariado e dar nota de que foi um trabalho estendido, um trabalho de cedências, de debate, de novas cedências, sabiamente orientado por Vossa Excelência e secundado por todos nós. Não é muito curial fazer um elogio em sede própria, mas acho que também não trabalhei mal e, portanto, acho que trabalhamos todos bem.

Por vezes, temos a tendência para descurar o regimento, porque parece algo vazio, do ponto de vista político, mas a verdade é que é um guia orientador das nossas sessões e foi possível aproveitar o regimento anterior, no bom sentido do termo, e introduzir algumas melhorias, algumas modificações e conseguir a consensualização. Acho que é importante também registar que é possível trabalhar em colaboração e foi isso que aconteceu em Comissão Permanente para podermos apresentar um regimento que vai merecer a votação unânime, creio eu.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Pensamos que o regimento em vigor no anterior mandato respondeu eficazmente, defendemos um regimento minimalista que define a orgânica e a forma de funcionamento do órgão e no que respeita à legislação se fique pelas competências, poderes e direitos, porque a legislação tem o seu espaço e o seu sítio próprio.

Assim, sendo, propusemos apenas algumas alterações no sentido de um melhor funcionamento e de valorização do trabalho da Assembleia Municipal.

No essencial sugerimos uma alteração no debate sobre o Estado do Município, artigo 22-A do Regimento, de forma a tornar o debate mais vivo e mais esclarecedor. E fizemos uma proposta de alteração das comissões de trabalho, passando de 4 para 5, criando uma Comissão de Saúde, Direitos Sociais, Cidadania e Habitação e passando a composição das comissões de um para dois representantes de cada grupo municipal à exceção, naturalmente, dos partidos que têm apenas um deputado municipal, no sentido de valorizar mais o trabalho das comissões.

Gostava, também, de secundar o que foi referido pelo deputado José Manuel Canavarro, do trabalho da Comissão Permanente, o acordo a que chegámos, mas gostaria de transmitir, nomeadamente a quem está novo nesta casa, que é normal durante os mandatos que as comissões encontrem soluções muito mais práticas do que o plenário. O plenário é mais para discussão teórica, política e ideológica, e as comissões versam mais sobre questões concretas e onde é possível encontrar soluções de consenso como no mandato anterior conseguimos nas comissões eventuais que foram criadas e que atingiram os bons objetivos.

**David Martins (SET-V 25)** – Eu quero fazer uma intervenção elogiando, aliás, acabou o Dr. Ilídio Ferreira de citar.

Senhor Presidente, obrigado pela palavra, parabéns pela função e pela forma profissional e humana como dirige os trabalhos e a todos os deputados. Eu quero elogiar e congratulo-me imenso, isto até para responder às preocupações que foram levantadas pelo deputado, nosso colega da CDU, sobre a saúde.

Creio que é a primeira vez, porque no regulamento anterior não havia esta Comissão de Saúde, e saúdo a introdução desta Comissão de Saúde. De facto, estão aqui misturados direitos sociais, cidadania e habitação, mas como todos me conhecem a minha grande preocupação é realmente a saúde.

Estou ligado à saúde há 47 anos no total e em Setúbal estou ligado à saúde há cerca de 40 anos. Fui Diretor do Hospital entre 1996 e 2003, sei perfeitamente o que se passa no hospital, aliás, foi nessa altura que nós conseguimos um investimento para um novo bloco de partos. Isto para dizer que o problema que se coloca para resposta à problemática da gravidez e dos partos realmente é muito complexa, porquê? Porque, por um lado, um bloco de partos para funcionar plenamente tem de ter uma capacidade de resposta, isto está estudado cientificamente, de cerca de 1.500 a 2 mil partos por ano ou então, de facto, não há uma resposta correta e eficaz para essas parturientes.

Felizmente, que no nosso grupo temos 2 ou 3 pessoas, ou até mais, com muita experiência na área da saúde e, portanto, nesta comissão, se eu pertencer a ela, posso garantir-vos que nós vamos fazer tudo para perceber os problemas da saúde de Setúbal em articulação com a Câmara Municipal, porque hoje em dia essa articulação é legal, para tudo fazer para melhorar essa resposta. Embora vos diga, como médico e como especialista na área, que para haver uma resposta permanente e diária de um bloco de partos são necessários número de médicos, número de enfermeiros especialistas e para além de todo o equipamento que existe. Mas o problema são os recursos humanos e, às vezes, mais vale criar mecanismos de resposta e de auxílio às grávidas, sobretudo, às grávidas de baixo risco em que pode ser a montante até nas juntas de freguesia haver facilidade de encaminhamento destas grávidas e também a questão que está em estudo e que já existe na Europa, que é o seguimento das grávidas por enfermeiros especialistas na área da gravidez de baixo risco.

O que eu posso prometer, saudando desde já a introdução desta Comissão de Saúde, não sei se existiu alguma vez, pelo menos no regimento anterior não existia só havia 4 comissões, o que eu posso garantir da minha parte e do grupo que estará nesta comissão é que tudo faremos para estudar, aprofundar e tentar ver como dar uma resposta mais eficaz a estes problemas da saúde, nomeadamente no que diz respeito às grávidas, e ao bloco de partos deste nosso hospital.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 39, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**4. Deliberação nº 02A/2025/AM – Proposta 02A/2025/AMS – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia efetivo e de um suplente, para o XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)**

**Presidente da Mesa** – Tem de ser Presidente de Junta, um efetivo e um suplente.

Chegou à Mesa, pela Comissão Permanente o Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Bruno Alexandre Marcos Frazão, como efetivo, identificado no boletim de voto como A e a Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Caetano, como suplente, identificada no boletim de voto como B.

Não havendo intervenções, procedeu-se à votação por escrutínio secreto e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 40, arquivado em pasta anexa à presente ata, com o seguinte resultado:

- A: Bruno Alexandre Marcos Frazão (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – (Efetivo), com 20 votos a favor e 17 abstenções.

- B: Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – (Suplente), com 20 votos a favor e 17 abstenções.

**5. Deliberação n.º 03A/2025/AM – Proposta 03A/2025/AMS – Eleição de quatro cidadãos eleitores para representação municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Setúbal**

**Presidente da Mesa** – Também a Mesa recebeu nome das várias bancadas, são quatro elementos que vão a votos: A – Válder Santos (SET-V 25); B – Cláudia Vicente (CH); C – Yolande Cloetens (CDU); D – Maria Margarida Macedo (LIVRE).

Os deputados que não estão na sala, agradecia que regressassem para votarem, quem não estiver não vota.

Não havendo intervenções, procedeu-se à votação por escrutínio secreto e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 41, arquivado em pasta anexa à presente ata, tendo os representantes eleitos obtido o seguinte resultado:

- A: Válder Afonso Gonçalves dos Santos (SET-V 25), com 11 votos a favor;
- B: Cláudia Sofia Santos Vicente (CHEGA), com 7 votos a favor;
- C: Yolande Paule Juliette Cloetens (CDU), com 6 votos a favor;
- D: Maria Margarida Neto Macedo (LIVRE), com 13 votos a favor.

**6. Delib. CM n.º 04A/2025/AM – Proposta 04A/2025/AMS – Eleição de dois Presidentes de Junta de Freguesia, como representantes das Freguesias do Concelho, na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais**

**Presidente da Mesa** – A Mesa recebeu dois nomes, têm de ser dois Presidentes de Junta, com a letra A – Presidente da União das Freguesias de Azeitão, Tiago Miguel Dinis Cardoso; com a letra B – Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Luís Alberto Miranda Custódio.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais.

Não havendo intervenções, procedeu-se à votação por escrutínio secreto e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 42, arquivado em pasta anexa à presente ata, tendo sido os representantes eleitos obtido o seguinte resultado:

- A: Tiago Miguel Dinis Cardoso (Presidente da União das Freguesias de Azeitão), com 13 votos a favor;
- B: Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra), com 6 votos a favor;
- 14 abstenções e 1 voto nulo.

**7. Deliberação n.º 05A/2025/AM – Proposta 05A/2025/AMS – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia, como representante das Freguesias do Concelho, no Conselho Cinegético Municipal**

**Presidente da Mesa** – A proposta que está em cima da mesa, com a letra A - Presidente da Junta de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Luís Alberto Miranda Custódio.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por escrutínio secreto e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 43, arquivado em pasta anexa à presente ata, tendo sido eleito como representante das Freguesias do Concelho, no Conselho Cinegético Municipal, o Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Luís Alberto Miranda Custódio, com 19 votos a favor e 17 abstenções.



**8. Deliberação n.º 06A/2025/AM – Proposta 06A/2025/AMS – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia, como representante das Freguesias do Concelho, no Conselho Municipal de Educação**

**Presidente da Mesa** – Com a letra A – Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Bruno Alexandre Marcos Frazão, é o que se apresenta a votos.

Não havendo intervenções, procedeu-se à votação por escrutínio secreto e em minuta, conforme documento registado sob o n.º 44, arquivado em pasta anexa à presente ata, tendo sido eleito como representante das Freguesias do Concelho, no Conselho Municipal de Educação, Bruno Alexandre Marcos Frazão, com 19 votos a favor e 17 abstenções.

**9. Deliberação n.º 07A/2025/AM – Proposta 07A/2025/AMS – Eleição de um representante da Assembleia Municipal, no Conselho Municipal de Desporto**

**Presidente da Mesa** – Aqui já não é necessário ser um Presidente de Junta, basta um representante da Assembleia Municipal, a Mesa tem três nomes, com a letra A – Jorge Bico (SET-V 25); B – Bartolomeu Pereira (CH); C – Simão Calixto (CDU).

Mais uma vez, cada deputado só pode votar num representante.

Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação por escrutínio secreto e em minuta, e o representante eleito foi o **Deputado Municipal Simão Calixto**, por ter obtido o maior número de votos, conforme documento registado sob o n.º 45, arquivado em pasta anexa à presente ata, com o seguinte resultado:

- A: Jorge Bico (SET-V 25), com 11 votos a favor;
- B: Bartolomeu Pereira (CH), com 7 votos a favor;
- C: Simão Calixto (CDU), com 19 votos a favor.

**10. Deliberação n.º 08A/2025/AM – Proposta 08A/2025/AMS – Recomendação de Adesão do Município de Setúbal à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais**

**Presidente da Mesa** – Agora temos uma proposta de recomendação de adesão do Município de Setúbal à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais.

A Assembleia Municipal de Setúbal tem presente que existe a necessidade de haver um reforço da qualidade da ação autárquica e essa necessidade é aos vários níveis, nas estruturas de apoio, na qualificação e na representação que valorizem o papel das Assembleias Municipais.

Esta Associação tem, neste momento, já mais de 200 associados pelo país, são 308 Câmaras, portanto, é uma larga maioria que está representada, tem também no distrito e penso que são 7, dos 13 estão 7 representados e além da questão de representar Setúbal em todos os órgãos nacionais, que eu acho que isso nos prestigia.

Também nos permite ter um apoio jurídico ao alcance de um telefonema, de um e-mail e que eu acho que é muito importante, porque todos sabem que a Assembleia Municipal não tem meios, os meios são da Câmara Municipal e, portanto, compete também a esta Associação ajudar a Mesa e a todos os deputados ao sermos associados e existe muita matéria que esta Associação pode nos ajudar.

A adesão implica o pagamento de uma quota anual, que são 2.300 euros por ano, que face a um orçamento, como já vimos, há de ser facilmente superado por 200 milhões de euros, é uma gota de água face ao benefício que nos pode trazer.



O que estamos a aprovar é a recomendação à Câmara para depois em reunião de Câmara ser apresentado uma proposta e ser aprovada, porque só a Câmara é que tem meios financeiros para poder fazer a inscrição do Município e é isto que estamos aqui a aprovar.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Quero secundar em grande medida aquilo que o Sr. Presidente referiu, acho que é importante Setúbal estar representada nesta Associação.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal da CDU, por escusa na votação.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 24 votos a favor, 12 do PS, 10 do SET-V 25, 1 da IL e 1 do LIVRE, e 13 votos contra, 7 do CH e 6 da CDU, conforme documento registado sob o n.º 46, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**11. Deliberação n.º 09A/2025/AM – Delib. CM n.º 67A/2025 – Constituição da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Península de Setúbal – Revogação da deliberação n.º 161/2025, de 19 de março, da Câmara Municipal de Setúbal e da deliberação n.º 11/2025, de 28 de março da Assembleia Municipal de Setúbal**

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 12 do PS, 10 do SET-V 25, 6 da CDU, 1 da IL e 1 do LIVRE, e 7 votos contra do CH, conforme documento registado sob o n.º 47, arquivado em pasta anexa à presente ata.

**12. Deliberação n.º 10A/2025/AM – Delib. CM n.º 68A/2025 – Constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal – CIM – Península de Setúbal – e Aprovação do Acordo Constitutivo com respetivo anexo, Estatutos da CIM**

**Ilídio Ferreira (PS)** – Desde sempre que os municípios da Península de Setúbal constituíram uma NUTS III quando foram criadas as nomenclaturas das unidades territoriais para fins estatísticos, beneficiando de financiamentos comunitários com participações a fundos perdidos mais elevadas por estarem classificadas, estatisticamente, como zonas de menor desenvolvimento económico.

Com a entrada em vigor da Lei, 75/2013, do Governo de Passos Coelho, que criou a Área Metropolitana de Lisboa, onde os concelhos da Península de Setúbal foram integrados. A Península de Setúbal diluiu-se na Área Metropolitana de Lisboa passando a ter os indicadores estatísticos dessa Área Metropolitana e vendo reduzidas as participações comunitárias.

Logo após a entrada em vigor desta lei, muitos se insurgiram, porque isso iria prejudicar o desenvolvimento da Península de Setúbal. Nos anos de 2018 e 2019 começou a formar-se um movimento na Península de Setúbal no sentido de alterar esta situação.

Em dezembro de 2022 e, após um trabalho profícuo do Governo de António Costa, a União Europeia aprovou a passagem da Península de Setúbal a Comunidade Intermunicipal, passando a Península de Setúbal a poder ter um programa regional autónomo de fundos europeus após o programa Portugal 2030.

Em dezembro de 2023, com os votos favoráveis do PS, PCP, Bloco de Esquerda e LIVRE e a abstenção do PSD CHEGA, IL e PAN, foi aprovado o diploma que permitiu a constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal.

O anterior enquadramento ao colocar a Península de Setúbal junto à Área Metropolitana foi muito penalizador e teve reflexos muito negativos no desenvolvimento económico e no emprego na Península de Setúbal.



A Comunidade Intermunicipal coloca a região em condições mais favoráveis para os financiamentos comunitários com percentagens de fundos perdidos mais elevados.

Com a Comissão Intermunicipal da Península de Setúbal, a Península de Setúbal passa a ter um instrumento capaz de contribuir para um melhor desenvolvimento da região.

O Setubalense elegeu a criação da CIM da Península de Setúbal, como o facto político do ano 2024. É por isso, com grande satisfação que a bancada do PS vota favoravelmente esta proposta.

**Simão Calixto (CDU)** – A proposta que aqui estamos a apreciar reafirma um caminho que a CDU sempre defendeu, o da unidade e articulação entre os municípios da Península de Setúbal.

A capacidade que os vários atores demonstraram para construir este entendimento comum é, por si só, um sinal de maturidade política e responsabilidade para com a nossa população, a contrastar com outras decisões arbitrárias, que em sentido oposto e com atitudes isolacionistas e desagregadoras, são sempre lamentáveis para aqueles que julgam que o Poder Local democrático ganha com a sua capacidade de gerar coesão e unidade em territórios.

Não podemos, porém, analisar esta matéria sem recordar que a própria Constituição da República consagra de forma clara a criação das regiões administrativas, está por isso definido o modelo regional democrático para o país, regiões dotadas de órgãos próprios eleitos diretamente com competências no planeamento, na coordenação e no desenvolvimento económico social e territorial.

A CDU continua a defender que a criação de regiões administrativas é fundamental para o combate às assimetrias regionais e para a promoção do desenvolvimento equilibrado para todo o país.

É, também, à luz desta ausência que devemos ler o que está hoje em apreciação, a criação de uma Comunidade Intermunicipal, que não substitui a região administrativa, mas é nas condições atuais o instrumento importante para reforçar a coesão territorial e criar melhores condições para a afirmação da região.

Esta Comunidade Intermunicipal tem, no entanto, por via do seu enquadramento legal competências limitadas à gestão dos fundos comunitários, ao planeamento dessa gestão e eventuais competências delegadas pela Área Metropolitana de Lisboa.

Portanto, para a CDU esta limitação de competências e esta limitação de intervenção deve obrigar os municípios desta região a não abdicarem de outro espaço de relacionamento intermunicipal, nomeadamente a Área Metropolitana de Lisboa e a Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Para a CDU a CIM não deve nascer em oposição, nem a AML, nem à AMRS, mas como um complemento desse trabalho supramunicipal realizado em diferentes âmbitos.

O mesmo será dizer que, ao contrário de divisões agregadoras, os municípios da região de Setúbal devem continuar a ter espaços de articulação e promoção do desenvolvimento e a ligação à margem norte na Área Metropolitana de Lisboa e à margem sul da Associação de Municípios da Região de Setúbal e ao Litoral Alentejano.

Abdicar destes instrumentos e da nossa participação nos mesmos só pode significar uma visão profundamente apontada do Desenvolvimento Regional.

Foi a AMRS que junto dos Governos e Grupos Parlamentares, Organizações representativas de Trabalhadores, Associações Empresariais levantou a questão da criação de uma NUT quando todos diziam ser impossível. Exigiu soluções que permitiram que a região acesse a fundos comunitários adequados ao seu estado de desenvolvimento.

Importa, também, dizer que o essencial para a Península de Setúbal, em matéria de acesso aos fundos comunitários, é a criação da NUT II Península de Setúbal e, portanto, a criação da CIM não passa de um instrumento opcional.

A CDU, ao contrário de outros, pode dizer que esteve desde a primeira hora a defender a criação da NUT para a Península de Setúbal, tal como no mandato passado quando a gestão CDU aqui aprovámos uma proposta de ato constitutivo e estatutos da CIM, voltaremos novamente a fazê-lo, desejando que a CIM seja mais um espaço de articulação e coordenação entre municípios capaz de gerir de forma adequada os apoios comunitários potenciando o desenvolvimento da nossa região.



**Vanda Pombo (SET-V 25)** – Então, passamos a um tema que não é apenas político, é estratégico para as próximas décadas, a criação da nova NUT, a instalação da futura Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal e a entrada em vigor do próximo quadro comunitário de fundos europeus, a partir de 2028.

A primeira nota é clara, a Península de Setúbal passa finalmente a ter identidade própria, deixando de estar diluída na Área Metropolitana de Lisboa, onde as prioridades e os investimentos raramente refletem as nossas necessidades e isto muda tudo.

Muda, sobretudo, porque com a nova NUT teremos acesso a fundos europeus com majorações muito significativas, ou seja, projetos de mobilidade, ambiente, saneamento, ensino superior, habitação, economia azul, turismo e logística passam a poder ser financiados a taxas de participação mais elevadas. Esta é uma oportunidade histórica que não podemos perder, falta saber o valor do envelope.

A par disto, a futura CIM da Península de Setúbal é fundamental e terá sede em Setúbal, uma conquista política importante e uma responsabilidade ainda maior. A CIM será sempre o centro de decisão regional, definirá prioridades, planeará investimentos e poderá influenciar diretamente com o Governo e com Bruxelas. Mas para liderarmos não basta termos a sede, precisamos de visão e de trabalho técnico.

É fundamental que os municípios, em conjunto, elaborem um estudo estratégico de necessidades até 2040, identificando os projetos estruturantes para toda a Península, as infraestruturas críticas de mobilidade e ambiente, os investimentos empresariais e logísticos prioritários e uma agenda comum de desenvolvimento económico e social.

Se não formos nós a definir estas prioridades, outros o farão por nós e voltaremos a ficar para trás. A CIM, a nova NUT e os fundos europeus não são apenas instrumentos técnicos, são o futuro de Setúbal, cabe-nos liderar esse futuro com ambição, estratégia e capacidade de execução.

**Mário Aranha (PS)** – Só complementando aquilo que já foi dito por alguns dos colegas da Assembleia Municipal, para termos um bocadinho a noção histórica e do ponto de situação onde nos encontramos atualmente aqui na Península e, obviamente, aqui no nosso concelho.

Em 2014, foi tomada uma decisão política absolutamente incompreensível e inexplicável que foi acabarem com a NUT III Península de Setúbal e com a incorporação na Área Metropolitana de Lisboa. Já nessa altura, havia um sinal de alarme, portanto, foi o último ano antes de haver o apagão estatístico, em que a Grande Lisboa já tinha um PIB per capita 116% superior à Península de Setúbal. Depois houve um apagão estatístico que só foi revertido em 2022.

Quando começaram a sair as estatísticas mais atualizadas o quadro é ainda mais preocupante daquilo que nós sentíamos. Já todos sentíamos que estava a haver uma grande divergência da nossa Península até em relação ao desenvolvimento de Portugal no seu conjunto, mas os números foram ainda muito piores.

Só para termos uma noção, em 2024, que são as últimas estatísticas disponíveis pela Eurostat, o PIB per capita da Península de Setúbal era 54% da média comunitária, volto a repetir, 54% da média comunitária. Estamos nos percentis mais baixos de rendimento a nível da União Europeia, portanto, isto é um número altamente preocupante.

A nível de comparação com algumas outras NUTS II, aqui próximos de nós, por exemplo o Oeste e Vale do Tejo é 60%, o Alentejo é 74% e a Grande Lisboa 120%. Portanto, a Península precisa mesmo aqui de uma grande injeção de investimento. Obviamente, com a criação da NUT II e da Comunidade Intermunicipal vamos ter acesso a muito mais fundos, porque vamos ser uma região de convergência, abaixo dos 75%, podemos ter fundos até 85% de participação.

Só para termos uma noção, neste momento o máximo é 40% e muitos dos fundos nacionais, as empresas e os municípios da Península, nem se quer podiam concorrer, por exemplo, ao COMPETE e a outros fundos para investimento e ao Fundo Social Europeu nem sequer podiam concorrer, eram automaticamente excluídas.

A partir de agora, a partir do próximo quadro comunitário de apoio em 2027, esta situação já não vai suceder. Aqui a grande importância, também, da constituição da Comunidade Intermunicipal é que ela nos vai permitir estabelecer quais é que são as nossas prioridades, não vai ser o Terreiro do Paço.



As Comunidades Intermunicipais têm um papel muito importante, porque não só definem qual é a estratégia Regional de Desenvolvimento, mas são “obrigadas” a ouvir toda a comunidade, ou seja, desde instituições públicas, privadas, empresas, sociedade civil, para todos em conjunto fazermos a nossa estratégia e com isso negociar as linhas de apoio e negociar quais é que vão ser as prioridades para a nossa região.

É um órgão profundamente democrático, em que estão presentes todos os Presidentes de Câmara da Península e, inclusivamente, nós vamos ter 8 representantes na Assembleia Intermunicipal justamente para fiscalizar e para verificar se as coisas estão a correr conforme sejam mais favoráveis para os cidadãos. Também de referir que as Comunidades Intermunicipais têm várias outras vantagens que não apenas esta, bastante importante na definição dos fundos comunitários, mas podem-se constituir inclusivamente como entidades promotoras e coordenadores de projetos comunitários, pode ser promotora e coordenadora de programas de apoio ao investimento municipal e privado, funções de coordenação na promoção Regional de Turismo, fomento e atração de investimento para a Península, coordenação da Proteção Civil Regional, dinamização e financiamento para projetos interconcelhios no combate às alterações climáticas, etc., etc. Faço o desafio a todos nós aqui e também a quem nos vê em casa, para pesquisarem nos vários portais das Comunidades Intermunicipais pelo país, as dezenas e dezenas de projetos absolutamente fundamentais e importantes no desenvolvimento das suas regiões.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 12 do PS, 10 do SET-V 25, 6 da CDU, 1 da IL e 1 do LIVRE, uma abstenção e 6 votos contra do CH, conforme documento registado sob o n.º 48, arquivado em pasta anexa à presente ata.

### **13. Deliberação n.º 11A/2025/AM – Delib. CM n.º 69A/2025 – Saída do Município de Setúbal da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal**

**Manuel Fernandes (PS)** – Relativamente a este ponto, eu peço escusa de voto devido ao facto de ser responsável por uma instituição que pertence aos órgãos sociais da AMRS e como tal existe incompatibilidade.

**João Pires (CDU)** – Antes de mais boa noite a todos e a todas, Sr. Presidente da Mesa e à Mesa, à Sra. Presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados.

Tentar fazer uma intervenção curta, estamos no último ponto e para não estar aqui a esticar muito o tempo. Relativamente a este ponto, consideramos que esta proposta de deliberação apresentada a esta Assembleia para a saída do Município de Setúbal da Associação de Municípios da Região de Setúbal denuncia aqui algumas estranhas prioridades escolhidas pela Sra. Presidente da Câmara para o concelho de Setúbal, principalmente, porque é logo a primeira assembleia.

Não deixa de comportar aqui um certo significado político a opção de precipitar uma decisão, como aqui se propõe, abandonando um projeto com mais de 40 anos de existência. Um projeto Regional de cooperação, articulação, planeamento intermunicipal que tem resultado num conjunto de serviços aos municípios e aos próprios municípios e às populações dos concelhos associados.

Gostávamos aqui só de recordar alguns dos projetos mais recentes da Associação de Municípios: Quinta Pedagógica de São Paulo, que organiza visitas para milhares de crianças das escolas do concelho, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, que reúne um espólio regional numa organização museológica única com o serviço público orientado, tanto para a comunidade educativa, quanto para a investigação.

O projeto de Educação Artística e de Cidadania “Kid's Guernica”, que já vai com 10 edições e que envolve as escolas e as crianças na arte e na pintura com um impacto em milhares de estudantes ao longo das edições. O projeto “Setúbal Península Digital”, que fornece entre outros os serviços de previsão e disponibilização de internet e informática aos municípios associados.



O plano de Desenvolvimento da Península de Setúbal que foi ferramenta de planeamento fundamental para a Península e ainda, mais recentemente, o reconhecimento da Arrábida como Reserva da Biosfera da UNESCO e a consagração da Associação de Municípios como entidade gestora dessa mesma reserva.

Podíamos juntar a estes projetos vários espaços, fóruns de trabalho intermunicipal que juntam técnicos de todos os municípios associados para ações de formação, aprendizagem colaborativa, articulação de trabalho a uma escala regional capacitando serviços e respostas e a criação da ação em rede.

Relembramos o trabalho determinante da Associação de Municípios para a criação das NUTS II e III de Setúbal que o teste de deliberação pretende injusto e falsamente iludir.

Posto isto, a proposta de deliberação e os considerandos que supostamente a justificam, representam, no nosso ponto de vista, uma má opção, uma opção que não apenas despreza o importante trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no quadro da Associação de Municípios da Região de Setúbal nos projetos referidos, mas também porque, em certa medida ofende as centenas de trabalhadores dos municípios que trabalham nesses projetos. Aliás, é caso para dizer que ofende o próprio património de participação do Município de Setúbal em grande parte representado pela atual Presidente de Câmara, mas que sempre aprovou e viabilizou na Associação de Municípios os projetos que agora menospreza e crítica.

Infelizmente, pensamos que esta proposta poderá ter alguns objetivos partidários, cumprindo antigos anseios, talvez da área do PS ou do PSD, desarticulação de trabalho intermunicipal pelo que dificilmente sabemos que não iremos convencer os senhores membros desta assembleia das inúmeras vantagens de permanecer a trabalhar no interior da Associação de Municípios da Região de Setúbal, onde Setúbal poderia, inclusivamente, assumir um papel de liderança regional.

A bancada municipal da CDU rejeita esta tentativa de aproveitamento do trabalho de uma associação sem assumir os compromissos que daí devem decorrer, não vamos apoiar uma estratégia que possa ser continuar a usufruir dos recursos e dos projetos da AMRS sem pagar uma quota, sem assumir os seus compromissos de participação, mas também de direção.

Não é esta a forma de encarar o trabalho intermunicipal da CDU, iremos votar contra esta proposta de deliberação, porque consideramos ser de manter a participação nos projetos e entendemos que tal participação e usufruto dessas vantagens deve ter, também, como contrapartida, os compromissos que estão na base das mesmas vantagens.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Nós reconhecemos o papel que a Associação de Municípios da Região de Setúbal desempenhou no seu início durante alguns anos, de resto, enquanto o Partido Socialista esteve na frente da Câmara Municipal, manteve a sua posição na Associação de Municípios.

A verdade é que o quadro de referência e o quadro de competências no domínio, quer do planeamento e do desenvolvimento estratégico, quer do conjunto de atribuições municipais e intermunicipais foi-se alterando ao longo dos anos e a partir de certa altura, nomeadamente com o aumento de competências por parte das CCDR o que se verificou, em nossa opinião, foi um esvaziamento da capacidade de intervenção das associações de municípios, não só de Setúbal, mas a nível de todo o país. Esse esvaziamento levou a que as associações de municípios acabassem por se refugiar, digamos assim, num conjunto de tarefas de elaboração de planos de desenvolvimento, mas que eles próprios eram de limitada consistência, de limitado alcance.

Porquê? Porque, ao mesmo tempo que as Associações de Municípios andavam a fazer os seus planos de desenvolvimento, andavam as CCDR's, por outro lado, um órgão do Poder Central a desenvolver planos da Área Metropolitana e planos das outras áreas por todo o país com uma ligação efetiva aos fundos comunitários e com uma ligação efetiva a um conjunto de projetos desenvolvidos pelo Estado central.

Houve, ao longo dos anos, um esvaziamento daquilo que era a capacidade de intervenção das associações de municípios, e as associações de municípios, não só de Setúbal, acabaram por ficar marginalizadas a um conjunto de tarefas de menor importância.

É a lei da vida, é assim e, neste momento em que nós estamos a decidir sobre uma CIM, uma Comunidade Intermunicipal não faz, em nossa opinião, sentido manter uma Associação de Municípios quando a Comunidade Intermunicipal consegue desenvolver praticamente todas as competências e tarefas que a Associação de Municípios neste momento desenvolve.

E o contrário não é verdade, ou seja, a Associação de Municípios não conseguirá, de modo nenhum desenvolver um conjunto de tarefas que a Comunidade Intermunicipal desenvolve desde logo, porque até em termos comunitários, e é uma correção que eu faço a uma intervenção que foi feita, foi a própria União Europeia que obrigou o Estado português à constituição de uma Comunidade Intermunicipal para poder beneficiar de fundos comunitários mais favoráveis.

Eu diria que a Associação de Municípios teve o seu papel durante muitos anos, chegou a altura que, em nossa opinião, terá de dar lugar a outras instituições com maior capacidade de intervenção.

**Luís Maurício (CH)** – A bancada do partido CHEGA vai votar favoravelmente a saída da AMRS, porque a associação não trouxe benefícios concretos a Setúbal e acabou por duplicar estruturas, reduzir a autonomia municipal e dificultar a tomada de decisões locais.

Mantemos que cada município deve ver os seus recursos com rigor e transparência, sem depender de organismos que pouco acrescentam e podem retirar escrutínio e autonomia aos eleitos.

A saída é um passo responsável e necessário para defender os interesses dos setubalenses.

**Mª Fátima Pereira (LIVRE)** – A Associação de Municípios da Região de Setúbal teve, ao longo de mais de 4 décadas, um papel de relevo na afirmação do território do Distrito de Setúbal, foi importante num tempo em que os municípios precisavam de estruturas fortes para articular posições comuns, para produzir conhecimento técnico, mas hoje discutimos uma decisão que tem de ser enquadrada no presente e no futuro, não no passado.

O território mudou, as autarquias mudaram, o país mudou e, sobretudo, a tecnologia transformou por completo a forma como os municípios cooperam, partilham informação, produzem estudos e executam políticas públicas. Aquilo que exigia estruturas pesadas em 3 décadas atrás, hoje ou melhor dizendo no próximo ano deve ser e pode ser assegurado de forma muito mais eficiente, mais rápida e com menos custos para os contribuintes.

Também é importante encontrar esta proposta nos valores do LIVRE, somos um partido progressista e comprometido com a modernização das instituições públicas, defendemos uma administração transparente, eficiente e orientada para o bem comum e somos firmes na ideia de que os recursos públicos devem ser usados com rigor, evitando redundâncias e estruturas que já não correspondem às necessidades atuais.

A saída da AMRS, num contexto da criação da CIM e de novas formas de cooperação digital, é coerente com esses princípios, menos peso estrutural, mais eficiência e melhor utilização dos recursos de todos os municípios, mas cabe agora à Câmara Municipal continuar os projetos iniciados pela AMRS, utilizar o conhecimento adquirido, manter as boas práticas e, claro, criando recursos próprios para o fazer.

No entanto, acompanhamos esta proposta.

**José Canavarro (SET-V 25)** – Quero agradecer e secundar as palavras do senhor deputado Ilídio Ferreira e da senhora deputada do LIVRE, Maria de Fátima Pereira, porque foram esclarecedoras e subscrevemo-las.

Posso, eventualmente, dar apenas um pequeno exemplo de uma Comunidade Intermunicipal que conheço, que é da região de Coimbra, onde realmente as associações de âmbito regional perderam claramente força, perderam músculo, porque o músculo passou para as comunidades intermunicipais. Inclusivamente, algumas ainda se financiaram dentro do âmbito das CIM, o que é curioso, mas sempre com pequenos projetos, portanto, eu acho que a ambição é redobrada, a oportunidade é muito grande e faz todo o sentido esta saída e faz sentido concentrar os esforços na Comunidade Intermunicipal.

Desculpem, mas eu não estive presente o tempo todo, também saudar o facto de a sede da Comunidade Intermunicipal ser em Setúbal. Se calhar isso já foi referido, mas se foi referido fica uma segunda referência, acho que as coisas boas podem ser sublinhadas.

**Simão Calixto (CDU)** – Só para esclarecer algumas questões que foram aqui colocadas.

De facto, esta CIM, em concreto, não vai poder desenvolver nada daquilo que a Associação de Municípios hoje faz.



O Município de Setúbal não vai poder delegar competências nesta Comunidade Intermunicipal, porque esta Comunidade Intermunicipal tem a particularidade de estar numa área territorial que está integrada na Área Metropolitana de Lisboa e a Lei que a cria não permite aos municípios delegarem competências na CIM, apenas a Área Metropolitana de Lisboa vai poder delegar competências nesta Comunidade Intermunicipal. Portanto, ao contrário do que aqui já foi dito, as decisões não vão ser tomadas no Terreiro do Paço, mas vão ser tomadas na Santa Apolónia, que é onde é a sede da Área Metropolitana de Lisboa.

**Joana Vaz (PS)** – Só tentar esclarecer o senhor deputado Simão Calixto, de que a base de criação da CIM advém, também, da criação da NUT II para a Península de Setúbal, portanto, a competência sai do âmbito da Área Metropolitana de Lisboa e passa para a NUT II da Península de Setúbal.

**Simão Calixto (CDU)** – Vou terminar a dizer isto, é uma questão de ver a Lei que cria esta Comunidade Intermunicipal, porque, de facto, a Área Metropolitana de Lisboa não vai ser dissolvida e esta Comunidade Intermunicipal a única forma que tem de ter competências, para além da gestão de fundos comunitários que advém da criação da NUT, é por competências delegadas a partir da Área Metropolitana de Lisboa. Ora, a Área Metropolitana de Lisboa é composta por 18 municípios e 9 dos quais estão a norte do Tejo e, portanto, esses também vão ter mais poder de decisão sobre a nossa Península que até agora não tinham e é isso que eu quero, acima de tudo, deixar claro. As decisões não vão ser tomadas no Terreiro do Paço, são tomadas em Santa Apolónia.

**Presidente da Mesa** – Que fique claro que nunca Setúbal, penso eu, quis sair da Área Metropolitana de Lisboa, nem pensar, queremos continuar a estar na Área Metropolitana de Lisboa e queremos ter uma CIM própria, creio eu.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 12 do PS, 10 da SET-V 25, 7 do CH, 1 da IL e 1 do LIVRE, e 6 votos contra da CDU, conforme documento registado sob o n.º 49, arquivado em pasta anexa à presente ata.

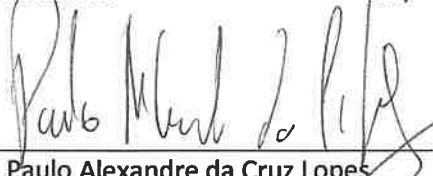
**Presidente da Mesa** – Informar que vamos ter, em princípio, uma assembleia extraordinária no dia 22 de dezembro, segunda-feira, e uma reunião da Comissão Permanente no dia 11, onde vamos elaborar a ordem de trabalho, etc.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e seis minutos do dia cinco de dezembro, de dois mil e vinte e cinco.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão ordinária de 13 de fevereiro de dois mil e vinte e seis, contém quarenta e uma folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Paulo Alexandre da Cruz Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Tiago Manuel Rodrigues Pereira

---

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.*

*Redação das minutas e revisão do texto integral por: Tiago Manuel Rodrigues Pereira, Primeiro Secretário da Mesa.*